

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CINCO

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Manuel Duarte dos Santos e Excelentíssima Senhora Dra. Ana Maria Serrazina da Fonseca e Silva, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em substituição. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Senhor José António Arruda Lopes, PS -----

-----Dr. Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

-----Senhor Câncio Paulo Alenquer Ribeiro, PS -----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista, PSD -----

-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----

-----Senhor José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Eng.º Marco Filipe Firmo Caetano, PS -----

-----Senhor Délio Modesto Pereira, CDU -----

-----Eng.ª Maria Luísa de Freitas Pato A. Dias, PSD -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Senhor António José Amendoeira B. Pego, PS-----
-----Senhor José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----
-----Dr. Francisco Manuel Miguel Colaço, BE -----
-----Senhor Elias José Fernandes B. Rodrigues, PS -----
-----Senhor João Paulo Ribeiro Almas, PS-----
-----Prof.ª Maria Emília da G. Soares, CDU-----
-----Senhor Manuel Luís Salgueiro, PS-----
-----Senhora Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Senhor Rogério Luís Dias Santos, PS -----
-----Dr. Fernando Manuel da Silva Amorim, PS -----
-----Senhor Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Senhor Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS-----
-----Senhor Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Senhor Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----
-----Eng.º Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD.-----

-----Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Eng.º Francisco Casimiro, a Senhora Vereadora Dra. Rute Ouro, o Senhor Vereador Dr. Manuel Jarêgo, a Senhora Vereadora Dra. Manuela Estêvão e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio.-----

FALTAS: Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal: -----
-----Senhor João António Salgueiro Soares, PS -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu início à sessão quando eram dezassete horas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: A acta da reunião anterior, realizada a trinta e um de Outubro de dois mil e cinco, que havia sido previamente distribuída, foi submetida à consideração da Assembleia e, sob proposta do Presidente, colocada à votação. Depois de submetida à votação, a citada acta foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Começou por cumprimentar o plenário e acrescentar que tinham sido apresentadas à mesa várias moções e algumas recomendações por parte dos grupos políticos representados, bem como, uma questão sobre a nova divisão administrativa prevista pelo Governo.-----

-----Na sequência, começou por ler a seguinte moção apresentada pela bancada da CDU:-----

-----“*Nos termos do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo apresentamos a seguinte moção:*-----

-----*Considerando que a Proposta de Orçamento de Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do poder local;*-----

-----*Considerando que o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais, prevendo, no entanto, um Saco Azul de 200 milhões de euros para distribuir como lhe apetecer;*-----

-----*Considerando que se mantém o cenário da degradação do poder de compra dos trabalhadores da função pública nos quais se incluem os trabalhadores das autarquias,*

-----*Considerando que prossegue a retracção do investimento do Estado, particularmente em infra-estruturas e equipamentos sociais, de saúde e de ensino,*-----

-----*Propomos:*-----

-----*1) Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----2) Reclamar a retoma do investimento público que possa responder às carências da população e às necessidades da economia local;-----

-----3) Que o resultado desta Moção seja enviado aos Órgãos de Soberania representativos e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.”-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente ao conteúdo da moção disse poderiam ter uma ou outra discordância, que era essencialmente formal, mas que, de todo o modo, a Proposta de Orçamento de Estado tinha algo de substantivo e deveria ser lembrado.-----

-----Referiu que, nos últimos anos, o Concelho do Cartaxo tinha sido beneficiado com avultados investimentos por parte da Administração Central, designadamente, a rede viária que ligou o Cartaxo ao nó de Aveiras de Cima, a extensão de saúde de Pontével (recentemente aberta), alguns outros equipamentos, como a creche do jardim-de-infância, que teve cerca de oitenta por cento de participação da Administração Central, o centro de dia de Valada e o da Lapa. -----

-----Considerou ter havido, nos últimos quatro anos, um conjunto de investimentos que tiveram um significativo impulso por parte da Administração Central, com verbas consagradas através do Orçamento de Estado. -----

-----Disse, ainda, que aquele Orçamento de Estado tinha, pela primeira vez, atribuído uma verba praticamente irrisória ao Concelho do Cartaxo. -----

-----Salientou que a verba atribuída era muito pequena e que se destinava à infraestrutura que está em Valada já edificada, para a qual ainda faltava o equipamento e que, de facto, era muito escassa para as necessidades que o Concelho tem. -----

-----Nesse sentido disse que o grupo do PSD se associava à crítica que foi exposta pela moção da CDU e recordou que, de facto, este era o pior plano de investimentos que a Administração Central destinou ao Cartaxo. -----

-----Por último referiu que, pior do que este, se recordava apenas de um, talvez ainda numa presidência do Dr. Conde Rodrigues à frente da Câmara Municipal, em que o Concelho do Cartaxo foi beneficiado apenas com cerca de mil contos, para um ano inteiro de investimento. Neste sentido, associavam-se, também, à moção que a CDU apresentou. ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO DOS SANTOS** -----

-----Começou por dizer que o grupo do Partido Socialista também tinha entregue uma moção sobre o não cumprimento da Lei das Finanças Locais. -----

-----Em relação à moção apresentada pela CDU, disse que no seu conteúdo existiam alguns excertos com os quais não concordava, em termos de forma e de conteúdo.

-----Manifestou o seu desagrado em relação a serem utilizados termos, tais como o do “saco azul”, num documento que seria colocado à discussão num órgão deliberativo da autarquia, onde se pretende a elevação e o respeito do discurso. -----

-----Nesse sentido acrescentou que o grupo do PS não iria aprovar a moção.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA** -----

-----No seguimento da moção que foi apresentada pela CDU, acrescentou o seguinte documento: -----

-----*“A CDU – Coligação Democrática Unitária, representada na Assembleia Municipal não podia deixar de estar de acordo com a posição expressa publicamente pela Associação Nacional de Municípios e reforçar a posição dos Presidentes das Câmaras que a compõem, em relação ao Orçamento Geral de Estado para dois mil e seis, apresentado e votado favoravelmente pelo actual Governo PS.* -----

-----*Este orçamento que vem na linha de continuidade das políticas dos anteriores Governos PSD/CDS, e tanto mal causaram ao nosso país, porque não contribuíram para o desenvolvimento dos sectores fundamentais da nossa economia, tais como, Agricultura, Indústria, Pescas.* -----

-----*De facto este orçamento é um orçamento de crise, de estagnação económica e que vai continuar a divergir do crescimento médio da União Europeia.* -----

-----*É um orçamento que, para além dos cortes no investimento público, tem reflexos no investimento privado, é um ataque à segurança social, às micros, pequenas e médias empresas, favorece os despedimentos, logicamente, permite o aumento do desemprego, o nosso país correrá mesmo o risco de regressar à recessão da economia.* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Perante este quadro, o Orçamento Geral de Estado, como sabemos está ligado ao orçamento dos Municípios devido ao corte de cinquenta e sete milhões e meio de euros na Lei das Finanças Locais e assim se justifica o corte ou enfraquecimento de algumas rubricas no orçamento do nosso Município”. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar da CDU. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Interveio e disse que, relativamente ao mesmo assunto, tinha sido apresentada uma moção do Partido Socialista, que passou a ler: -----

-----“GOVERNO NÃO CUMPRE PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – Lei do Orçamento de Estado para 2006 -----

-----Nos termos da alínea d), do artigo 31.º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, o Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo, propõe a discussão e votação da seguinte moção: -----

-----1) O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo está solidário com as posições públicas assumidas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), manifestando, de igual forma, a defesa intransigente da autonomia local e dos interesses das populações, e dos autarcas que legitimamente as representam. ----

-----2) Repudiamos, mais uma vez, no que se refere ao endividamento municipal, às transferências financeiras para os municípios e às restrições à política de pessoal, o incumprimento da Lei de Finanças Locais, dado serem irrelevantes as alterações introduzidas na Lei do Orçamento de Estado para 2006. -----

-----3) Parece-nos inadmissível que permaneça a quebra de solidariedade entre a Administração Central e Local, com aquela a guardar para toda a capacidade de endividamento disponível, ficando para as autarquias, na prática, zero, quando bem sabemos que as autarquias são responsáveis por 56% do investimento público e apenas contribuem com menos de 2% para a dívida pública.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Na sequência da moção apresentada, disse que a questão levantada pela bancada do Partido Socialista era sobretudo uma questão de forma, relativamente aos sacos multicolores, pelo que, não via qualquer dificuldade em encontrar um texto comum, em cinco ou dez minutos, e fazê-lo aprovar por unanimidade, questionando o Bloco de Esquerda sobre o assunto.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO**-----

----- Manifestou a discordância do grupo da CDU relativamente à sugestão do Dr. Vasco Cunha e disse que a moção da CDU não era igual à do Partido Socialista, o que implicava o grupo não abdicar da crítica construtiva que tinham feito ao Governo.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Na sequência das moções, apresentou ao executivo da Câmara ali representado a questão escrita formulada pela bancada da CDU:-----

-----*“Nos termos do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, formulamos ao Executivo a seguinte pergunta:-----*

-----*O assunto não é novo, mas voltou há pouco tempo a ser notícia.-----*

-----*Em declarações à comunicação social o Secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, referiu que o Governo submeterá ao Parlamento até ao final de dois mil e seis, uma proposta que será o primeiro passo para uma redução significativa de Juntas de Freguesia até dois mil e nove. Embora não especificando critérios, fala-se no enquadramento das declarações em freguesias com menos de mil pessoas, deixando a dúvida se se refere ao número de habitantes ou de eleitores.-----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Porque a aplicação do resultado desta proposta pode levar ao desaparecimento de algumas freguesias do concelho do Cartaxo, perguntamos: -----

-----Sabendo-se que o Bairrismo tolda muitas vezes a capacidade de compreensão para medidas deste género de emparcelamento, como encara o Executivo Municipal este assunto, e que medidas pensa tomar, sobretudo para que seja explicado às pessoas com pouco protagonismo, o novo mapa administrativo, onde o Governo as pensa integrar?-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente à questão colocada, começou por esclarecer que desconhecia, em concreto, haverem avanços sobre o processo de fusão de autarquias. Afirmou que da parte do Executivo haveria uma rejeição contra o que viesse a ser estabelecido, face ao equilíbrio do ordenamento urbanístico existente que contempla as oito freguesias do concelho. -----

-----Referiu, ainda, que antes de haver qualquer alteração daquela natureza acreditava que os municípios iriam ser chamados a discutir a proposta. Se tal não acontecesse, considerava uma intervenção dessa natureza sobre o poder local como um gesto antidemocrático. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte recomendação feita pela bancada da CDU: -----

-----“Nos termos do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, apresentamos à Assembleia Municipal a seguinte recomendação: -----

-----O clima em Portugal, apesar das alterações que tem sofrido, ainda continua a apresentar-se em Novembro, com carisma de Inverno onde predomina a chuva, o vento e o frio. Daí que afecte quase sempre a Toirada programada para o dia 1º de Novembro, dia da Feira dos Santos, cujo cartaz encerra a temporada oficial da Tauromaquia em Portugal. ---

-----Este ano voltou a suceder o mau tempo, obrigando ao cancelamento da corrida programada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Numa praça que ainda recentemente foi objecto de remodelação, é pena que não se tire partido desse investimento, não só como praça para corrida de toiros, mas até para servir outras modalidades. E para isso, uma cobertura amovível, seria fundamental. --

-----Isto mesmo vai ser feito na Praça de Toiros do Campo Pequeno, em Lisboa, onde a Festa Brava pode ter lugar em qualquer altura. Em Espanha, muitos destes espaços são polivalentes, com as vantagens da cobertura. Permitem outros usos, ganhando os aficionados e aqueles que não o são, rentabilizam-se espaços dentro da praça e garante-se sempre que não há adiamentos nem anulações, nem se defrauda os espectadores que de longe muitas vezes se deslocam em vão (veja-se por exemplo as praças cobertas de La Corunha ou de Zaragosa, ou a velha praça de Madrid, no chamado Palácio de Vista Alegre, coberto e polivalente e de recuperação recente). -----

-----No sentido de que o tema da Cobertura Móvel da Praça de Toiros do Cartaxo fosse equacionado, recomendávamos ao Executivo Municipal que este assunto fosse agendado e alvo de uma decisão. -----

-----É que o Cartaxo, tendo uma feira franca das mais tradicionais do país, não pode cada vez mais perder atractivos. E na tauromaquia como a temporada é curta, se coincide com o mau tempo, é menos um aliciente com que fica. -----

-----E a centenária Feira dos Santos merece que se faça alguma coisa por ela”. --

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA** -----

-----Relativamente à recomendação, disse que, na sua opinião, seria um bom tema para ser discutido no Executivo e que não iria ser uma decisão fácil de tomar. -----

-----Referiu que, para além dos exemplos que a CDU mencionou, existia um exemplo português, em Lisboa, no Campo Pequeno, o qual tem um projecto para vir a ter uma cobertura e a possibilidade de transformar num palco com multiusos, podendo albergar algumas actividades de carácter comercial. -----

-----Concluiu dizendo que lhe parecia uma boa sugestão e que o Executivo, logo que tivesse oportunidade, se deveria debruçar sobre a questão.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO** -----

-----Interveio para alertar que as recomendações, segundo o Regimento, devem ser votadas. -----

-----Relativamente à recomendação apresentada pela CDU disse que a aceitava como uma recomendação e que tudo o que viesse valorizar o Concelho do Cartaxo seria bem-vindo. -----

-----Acrescentou que, para além do exemplo citado pelo Deputado Vasco Cunha, existiam outros, nomeadamente em Évora, mas que tinha conhecimento pessoal do valor significativo daqueles investimentos. -----

-----No seu entendimento, questionava até, se não ficaria mais barato, fazer um polivalente e deu como exemplo bem sucedido o caso de Beja, referindo até, ter conhecimento que o Executivo de Évora, face aos custos do investimento na praça de touros, tinha chegado à conclusão que deveria ter sido esse o modelo a seguir. -----

-----Advertiu os Senhores Deputados que sonhar e pedir era fácil, todavia um investimento desta natureza não estaria ao alcance desta autarquia, realçou, que talvez fosse mais económico e mais viável melhorar as condições do pavilhão de exposições, pois este já era próprio para outras actividades. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO** -----

-----Na sequência da intervenção anterior, esclareceu que as recomendações da CDU ao Executivo não teriam de ser acolhidas no imediato, eram apenas contributos e sugestões, pelo que não colocavam nenhum espaço temporal na sua execução, sujeitas com certeza a pareceres de diversas entidades para aferir da possibilidade da execução e dos respectivos custos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA** -----

-----Começou por salientar a importância da Assembleia Municipal no sentido de apoiar iniciativas que possam dignificar o município. -----

-----Em relação à praça de touros do campo pequeno, acrescentou que a cobertura vinha na sequência de um grande projecto imobiliário e financiada pelo mesmo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Quanto ao Cartaxo via com “bons olhos” esta sugestão no âmbito do enquadramento da união dos dois jardins, todavia num enquadramento temporal, a cinco ou dez anos.-----

-----Neste sentido, votaria favoravelmente a sugestão.-----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG.ª LUÍSA PATO**-----

-----Na sua opinião a recomendação de qualquer membro da Assembleia deveria ser sempre bem acolhida pelo Executivo. No seu entendimento não se estava a mandar executar o projecto, nem o orçamento do projecto, mas tão-só, a suscitar a reflexão do Executivo.-----

-----Caberia ao Executivo, mandar fazer os estudos necessários, os orçamentos e aferir o respectivo custo no sentido de apurar se daí adviriam mais valias para o concelho do Cartaxo. Só com base em valores certos e em premissas correctas se poderia tomar uma decisão correcta.-----

-----Nesse sentido, disse que o PSD iria aprovar a recomendação para que o Executivo, logo que possível e dentro dos seus *timings* próprios pudesse reflectir e depois, eventualmente, mandar à Assembleia o resultado daquela reflexão.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Disse que o Executivo via com “bons olhos” aquela recomendação e que, naturalmente, teriam que ser equacionados todos os aspectos atinentes à mesma, quer os técnicos, quer os financeiros, para a decisão política final.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Recomendação apresentada pelo grupo parlamentar da CDU, sobre a cobertura móvel da praça de toiros do Cartaxo-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS:-----

-----**“SEGURANÇA NO CONCELHO: Nova esquadra da PSP do Cartaxo; Mais efectivos para as Forças de Segurança**-----

-----*O Grupo Parlamentar do Partido socialista entende que a segurança é uma componente fundamental para o bem-estar das populações, contribuindo para a qualidade de vida que todos desejamos para o nosso Concelho.*-----

-----*A nova esquadra da PSP do Cartaxo, equipamento fundamental para a instalação condigna daquela Corporação na nossa Cidade, é um legítimo anseio de todos, que desejamos ver concretizado o mais brevemente possível. Assim, parece-nos fundamental a conclusão rápida do projecto e a inclusão em PIDDAC da construção da nova Esquadra da PSP do Cartaxo, por forma a concretizar em tempo útil aquela infra-estrutura e por forma a proporcionar condições condignas a quem tem por missão velar pela segurança e ordem pública.*-----

-----*Igualmente, vem o grupo parlamentar do PS reforçar a posição do executivo Municipal na reivindicação, junto do governo, de novos agentes da PSP e militares da GNR a fim de garantirem uma melhor segurança em todo o concelho.*-----

-----*Deixamos também aqui o nosso elogio à forma briosa como os agentes de segurança da PSP e da GNR têm desenvolvido, ainda assim, as suas digníssimas funções.”*-----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL SALGUEIRO**-----

-----Interveio para esclarecer dos motivos que levaram o grupo do PS à elaboração da moção apresentada.-----

-----Em concreto da necessidade de reforçar a manutenção da esquadra da PSP na cidade do Cartaxo, e por consequência um reforço à segurança do concelho.-----

-----**SENHORA DEPUTADA PROF. MARIA EMÍLIA SOARES**-----

-----Em nome da bancada do CDU, disse que iriam votar favoravelmente, porque aquela era uma das situações que os preocupava bastante. Considerou urgente o reforço, bem como, uma esquadra condigna para a PSP.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA-----

-----Relativamente a este assunto começou por dizer que esta questão suscita dois problemas:-----

-----Começou por enunciar que o primeiro problema existe há vários anos, trata-se de um estudo sobre a distribuição das forças policiais no território do país e terá chegado à conclusão que, quer a GNR, quer a PSP, se sobrepunham em algumas áreas de actuação. O que coloca de imediato a necessidade de esclarecer a área de actuação de cada uma destas forças policiais.-----

-----Quanto ao redimensionamento destas forças policiais, chegou a ser aventada a possibilidade de nalguns concelhos a PSP deixar de existir, o que significaria que seria a GNR a assegurar o policiamento.-----

-----Acrescentou que o critério estabelecido para este redimensionamento obedecia apenas ao número mínimo de quinze mil habitantes por aglomerado urbano, o que significa que todas as cidades que não cumpram este requisito poderiam ser abrangidas pela saída da PSP.-----

-----Relembrou que esta questão tinha sido falada no Executivo anterior, por diversas vezes, e que ele próprio não podia traduzir de outra forma aquilo que sempre tinha afirmado, e que passa pela constituição de um único aglomerado urbano, com a junção do aglomerado de Vila Chã de Ourique e do Cartaxo, o que cumpriria o número dos quinze mil habitantes, para permitir à Câmara Municipal do Cartaxo, com alguma segurança, afirmar esta posição junto do Ministro da Administração Interna.-----

-----A segunda questão tem a ver com a esquadra da PSP, porque não está inscrita qualquer verba para a sua construção no Orçamento de Estado, o que poderá significar a não manutenção desta força policial na cidade.-----

-----Na sua opinião é, sobretudo, nestes dois pontos que se poderá manter a estratégia que têm tido até aqui. Parece consensual, por um lado, reivindicar-se a manutenção da PSP no Cartaxo (que deve fazer o policiamento a um aglomerado urbano com uma dimensão suficiente) e, por outro lado, que a esquadra da PSP é uma necessidade, mais do que urgente, para a efectivação deste objectivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Afirma que esta é, mais ou menos, a posição que o PSD tem tido ao longo dos últimos anos e que quis reafirmá-la na Assembleia Municipal.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente a este assunto acrescentou o seguinte:-----

-----Há muitos anos o Ministro Dias Loureiro tinha lançado as super esquadras e começaram a existir os primeiros estudos sobre a matéria da reorganização das forças de segurança. O critério fundamental sempre foi o da dimensão numa lógica de centralização de recursos e poupança de meios, para poder existir ou subsistir uma força de segurança (ou a PSP ou a GNR) em determinados espaços.-----

-----Mais recentemente, há três anos sensivelmente, o Governo PSD/PP tinha em mãos um estudo, baseado em estatísticas e indicadores, uns mais recentes, outros mais antigos, onde, conforme foi dito pelo Deputado Vasco Cunha, o Cartaxo, Fátima, Torres Novas e Ourém apareciam como cidades onde a PSP sairia e a GNR substituiria esta força de segurança.-----

-----Já mais recentemente, há indicadores em que na cidade do Cartaxo, seja pelas razões que foram levantadas de dimensão proporcional ou outras, não está apontada a saída das forças de segurança da PSP.-----

-----Disse que queria deixar um pequeno apontamento em relação a uma informação dada pelo Senhor Deputado Vasco Cunha.-----

-----Referiu ter sido discutido em reunião de Câmara quando o Governo do PSD/PP resolveu retirar a esquadra da PSP (como um dos investimentos a retirar). Disse que se recordava de ter chamado à atenção para o erro que se estaria a cometer e de ter dito: «atenção, isto pode ser um indicador mau porque podemos estar a dizer que abdicamos da construção da esquadra da PSP, ora bem, abdicamos da PSP e da sua intervenção na cidade do Cartaxo». Mencionou que, à data, eram Vereadores o Dr. Vasco Cunha e a Engenheira Luísa Pato.-----

-----Na sua opinião a Assembleia e o Executivo fazem e devem continuar a fazer uma reivindicação significativa junto do Governo para que, não só, a esquadra seja feita,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

mas também, para que venham mais elementos (quer para a PSP, quer para a GNR) e bem como a PSP não possa sair. -----

-----Reafirmou o facto de, cada vez mais Cartaxo e Vila Chã de Ourique estarem juntos e a força da PSP ser necessária neste leque de intervenção social para garantir a segurança no concelho do Cartaxo. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre a segurança no concelho. ----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA** -----

-----Disse que, antes de avançar para o ponto seguinte, gostaria de deixar uma sugestão à Assembleia Municipal, que poderiam assentar para o futuro.-----

-----Na sua opinião, quando a Assembleia Municipal aprova moções daquela natureza, em que há unanimidade, o que propôs foi no sentido de as mesmas serem publicadas na comunicação social, para expressar uma posição unânime da Assembleia Municipal. -----

-----Disse, também, se porventura na moção fosse requerido o seu envio a alguém em particular, que a mesma fosse enviada. -----

-----Propôs que esta fosse uma regra que ficasse estabelecida para os quatro anos de mandato. -----

-----**SENHORA DEPUTADA DRA. ANA FONSECA E SILVA** -----

-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS: -----

-----“**UNIDADE DE SAÚDE DE PONTÉVEL: Melhorias dos Serviços de Saúde do nosso Concelho** -----

-----*Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, o Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo, congratula-se pela abertura da **unidade de saúde de Pontével** que foi uma ambição corporizada pelas autarquias e pelos nossos concidadãos.---*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Entendemos ser este o momento de iniciarmos uma nova ambição, lutando pelo alargamento da extensão de saúde do Cartaxo e pelo reforço do quadro clínico existente no **Centro de Saúde do Cartaxo**, que serve todo o concelho, assim como a reabertura do serviço de atendimento de 24 horas e ainda pela garantia de funcionamento de todos os postos médicos nas freguesias, por forma a que todos os utentes tenham médico de família na sua área de residência. -----

-----Esta moção deverá ser enviada para publicação nos Órgãos de Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA** -----

-----Disse que queria dirigir uma questão directamente ao Executivo sobre o conteúdo da moção. -----

-----Perguntou se da parte do Executivo, especialmente, por parte do Sr. Presidente de Câmara poderiam ter a garantia que, de facto, uma parte substancial daquilo que esta moção traduzia, era a realidade ou não, ou seja, se existiam garantias por parte da administração regional de saúde e, em última instância, do Ministério da Saúde de que as extensões de saúde em cada uma das freguesias não iriam encerrar, se porventura o serviço de atendimento permanente seria ambicionável, ou não, ou se seria possível, ou não, garantir que funcionaria durante as vinte e quatro horas. -----

-----Referiu que aquelas eram duas questões determinantes para aquilo que tinham discutido, ao longo dos últimos anos, na área da saúde no concelho. -----

-----Disse que se recordava que, durante algum tempo, existiu alguma discussão em torno da abertura da extensão de saúde de Pontével, porque havia rumores de que a sua abertura implicaria o encerramento das extensões, designadamente da Lapa, da Ereira, de Vale da Pinta e da anterior de Pontével (mas esta era natural) e a transferência dos utentes destes postos de saúde directamente para a extensão de Pontével, onde ficariam centralizados. -----

-----Na sua opinião seria importante um esclarecimento, uma vez que, se tinha apercebido que aquele era um teor importante da moção. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Disse que existiam duas posições claras, que tinham que ser estabelecidas pela Assembleia. -----

-----A de uma luta e uma reivindicação permanente, quer da Assembleia, quer da Câmara Municipal, na defesa de um conjunto de serviços na área da saúde. Na sua opinião, essa reivindicação e aquilo que estava espelhado naquela moção deveria continuar, ou seja, essa reivindicação, a luta por um conjunto de serviços melhorados, mais médicos, a permanência e a existência dos postos médicos, com equipas de saúde (médicos, enfermeiros e atendimento administrativo em relação a cada uma das freguesias), ou seja, essa luta seria sempre uma luta necessária. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. JOSÉ MANUEL ONOFRE**-----

-----Referiu que era médico já há vinte e tal anos no Cartaxo junto de um grupo etário que muitas vezes é esquecido porque não vota, mas que de qualquer forma tinha ficado satisfeito por ouvir as palavras proferidas.-----

-----Na sua opinião esta poderia vir a ser uma luta árdua e aguerrida, mas que todos deveriam lutar por esse objectivo, apesar de difícil, porque o número de médicos, naquele momento, não iria chegar.-----

-----Disse que seria difícil porque se tinha criado uma expectativa nas pessoas que, a curto prazo, não ia ser concretizada e culpou o poder político dessa situação, porque com o arrastar das coisas foi levando as pessoas a pensar que tudo iria correr como anteriormente, apesar de já se saber que cada vez entram menos alunos nas escolas de medicina. Assim, disse que não sabia como é que se iria fazer em relação à abertura das vinte e quatro horas. -

-----Referiu que o Senhor Ministro tinha dito que com menos de dez utentes por noite e menos de vinte utentes por dia os hospitais teriam que fechar e que questionou se o poder autárquico poderia contrariar essa disposição.-----

-----Pronunciou-se, também, sobre o transporte dos utentes dentro do concelho do Cartaxo e do concelho para o hospital distrital e disse que tinha conhecimento de vários casos que o indignavam, designadamente, pessoas que são despejadas para fora dos hospitais sem poderem retornar a casa pelos seus próprios meios, sem terem cooperações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

humanitárias ou bombeiros que as possam levar, nomeadamente, os nossos bombeiros do Cartaxo. -----

-----Neste sentido questionou como é que queriam ter médicos vinte e quatro horas se os bombeiros a partir da meia-noite não fazem transportes. -----

-----Por outro lado, disse que outra atitude que poderiam ter, passava pela criação de equipas INEM que prestassem os cuidados essenciais e primários de saúde às populações no local.-----

-----Citou o caso recente de uma equipa que funciona no hospital de Santarém e que vai aos acidentes e que tem trazido grande benefício, pois os doentes chegam ao hospital em muito melhores condições, usufruem das grandes vantagens de uma actuação imediata, uma actuação correcta, no local onde mais precisam. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO PEGO**-----

-----Como habitante da Freguesia de Pontével e também como utente da extensão de saúde disse que gostaria de deixar uma pequena nota e manifestou o seu regozijo por tal inauguração. Realçou a qualidade das infra-estruturas e disse que a população estava contente com a melhoria, não só do serviço de atendimento, mas também do serviço médico. Referiu, todavia, que mais importante do que a inauguração era a mesma estar em funcionamento. -----

-----**SENHORA DEPUTADA DRA. HÉLIA BAPTISTA**-----

-----Também como habitante da freguesia de Pontével, perguntou se relativamente ao novo edifício de saúde de Pontével alguma coisa tinha mudado, ou seja, se as pessoas passaram a ser atendidas mais rapidamente, se não tinham que ir às cinco da manhã e se os serviços funcionavam, ou se era apenas uma questão de estrutura física, uma vez que os médicos e os enfermeiros eram os mesmos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO PEGO**-----

-----Interveio para dizer à Senhora Deputada que já tinha tido oportunidade de se dirigir, mais do que uma vez, ao posto médico e não que não tinha tido necessidade de ir às cinco da manhã, pois por vezes era só uma questão de coordenação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Disse, ainda, que tinha tido a oportunidade de verificar que naquele posto médico existia uma melhoria na qualidade de vida, na qualidade de atendimento aos utentes, pois, era mais fácil aos profissionais (não só aos médicos mas também aos administrativos) trabalharem e terem outro nível de atendimento. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre a unidade de saúde de Pontével e melhoria dos serviços de saúde do concelho. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Disse que, naquele momento tinha entrado um requerimento do PS a solicitar o prolongamento do período antes da ordem do dia por mais trinta minutos, o qual teria que ser posto à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, votar favoravelmente o prolongamento do período antes da ordem do dia, por mais trinta minutos. -----

-----**SENHORA DEPUTADA DRA. ANA FONSECA E SILVA** -----

-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS: -----

-----*“Nó Directo de Acesso à AI – um salto de gigante para o município.* -----

-----*Nos termos da alínea a) do artigo 16º do Regimento em vigor, vem o Grupo Parlamentar do PS manifestar a sua enorme satisfação, partilhada com a população de todo o Concelho e Sub Região da Lezíria do Tejo pela inauguração no passado dia 8 de Novembro do ambicionado Nó Directo de Acesso à AI no Cartaxo.* -----

-----*Com a entrada em funcionamento desta importante infra estrutura rodoviária no Concelho foram abertas novas janelas ao desenvolvimento no Cartaxo na capacidade*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

empresarial, mas também de qualidade urbanística com uma adequada revisão do PDM e concretização do Plano Urbanístico do Município. -----

-----O Grupo Parlamentar do PS manifesta também o seu regozijo pelo anúncio público feito pela autarquia no sentido da próxima beneficiação de ligação da Cidade ao Nó Directo (beneficiação da EN114.2) e assim como, numa lógica premente de reforço das nossas acessibilidades, da ligação da Cidade à Variante EN 365.2 -----

-----Esta Moção seja enviada para: -----

-----A Sua Exa. o Sr. Presidente da República -----

-----A Sua Exa. o Sr. Presidente da Assembleia da República -----

-----A Sua Exa. o Sr. Primeiro Ministro -----

-----A Suas Exas. os Presidentes dos Grupos Parlamentares Representados na Assembleia da República-----

-----A Suas Exas. os Srs. Presidentes dos Partidos Políticos representados na Assembleia da República-----

-----À Assembleia Municipal do Cartaxo, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios do distrito de Santarém -----

-----Aos Órgãos de Comunicação Social Nacionais, Regionais e Locais.” -----

-----SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA -----

-----Disse que como destinatários (Assembleia Municipal do Cartaxo) da moção, considerava que se podiam dispensar de receber a mesma, uma vez que iriam votá-la e isso iria constar em acta.-----

-----SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO-----

-----Disse que gostaria de fazer uma correcção à moção apresentada, uma vez que a mesma se tomava como uma moção do grupo do PS e tendo em conta que iria ser colocada à votação na Assembleia, não deveria ser o grupo do PS a congratular-se, mas sim a Assembleia Municipal do Cartaxo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Relativamente ao tema e em relação à questão que o deputado do BE tinha levantado, disse que a moção depois de votada seria uma posição da Assembleia Municipal, mas que, naquele momento era uma proposta para votação que o grupo do PS tinha proposto.-----

-----Por último, referiu que era um tema muito importante e que faria todo o sentido que a Assembleia Municipal viesse a tomar uma posição sobre aquele importante acesso que o Cartaxo tinha tido a partir de oito de Novembro. Disse ainda, que a moção apresentada continha uma preocupação, que era ter sido aberto um acesso directo e realçou, enquanto grupo parlamentar, que o que considerava importante era o facto de naquele momento estar em funcionamento um acesso directo à auto-estrada.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre o Nó Directo de acesso à A1.

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS:-----

-----*“Aeroporto Internacional da Ota – Um trunfo para o desenvolvimento da Região.*-----

-----*Considerando que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Cartaxo já tomaram, por unanimidade, uma posição a favor da localização do novo aeroporto internacional de Lisboa na Ota, pelas vantagens socio-económicas que esta infra-estrutura implica para o futuro dos municípios do Ribatejo e Oeste.*-----

-----*Atendendo que estes Municípios, no processo de execução e revisão dos seus planos de ordenamento do território (por exemplo no caso dos PDM's), consideram ou estão a considerar o impacto desta infra-estrutura.*-----

-----*O grupo Parlamentar do PS reforça, ainda, a posição do Sr. Presidente da Câmara no sentido de haver, junto do governo, uma posição concertada de investimento dos*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

municípios de Alenquer, Azambuja, Cartaxo e Rio Maior face a nova realidade do Aeroporto da Ota.-----

-----*Propomos que:*-----

-----*Esta Assembleia manifeste a sua satisfação pelo anúncio público do investimento do aeroporto internacional da Ota, nos próximos anos. Tal investimento vai ser muito proveitoso do ponto de vista da criação de emprego e desenvolvimento global do concelho da região e do País. Tanto mais que este investimento como sabemos vai ser complementado pelo comboio de alta velocidade (TGV) que terá uma ligação à Ota.*” -----

-----**SENHORA DEPUTADA PROF.ª MARIA EMÍLIA SOARES**-----

-----Manifestou a preocupação da bancada da CDU com a situação de congratulação relativamente ao aeroporto da OTA, pois todos os Deputados tinham conhecimento através da comunicação social, que ainda não tinham sido feitos estudos de impacte a nível da qualidade, a nível da saúde e por todos os elementos que já tinham sido falados na televisão.-----

-----Deixou um alerta a nível do concelho do Cartaxo, por não existir hospital de retaguarda preparado para todas as consequências que pudessem advir de alguma situação menos boa.-----

-----Por último, disse que a CDU não seria contra a moção apresentada, mas que as decisões deveriam ser amadurecidas.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Considerou importante a reflexão sobre a forma como se iriam desenvolver as populações e como seria feito o levantamento desse desenvolvimento, que teria de ser um desenvolvimento sustentado sobre os impactes ambientais, nas zonas circundantes do aeroporto, sem deixar de relevar a importância do novo empreendimento, do novo aeroporto e do acesso por via do comboio rápido.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Referiu que depois de ter ouvido aquelas duas intervenções, tinha ficado com a convicção que iriam votar favoravelmente a moção apresentada, porque a mesma tinha a preocupação referida pelos Senhores Deputados.-----

-----Disse ainda, que as Assembleias Municipais anteriores já tinham tomado posição sobre a questão da OTA e que existia alguma unanimidade em relação ao tema, mas o grupo do PS tinha vindo reforçar um tema que o Senhor Presidente da Câmara tinha colocado no aniversário do Concelho, no sentido de o Governo apoiar os municípios que estão mais perto da OTA – Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Cartaxo.-----

-----Por último, referiu, que devia ser naquela altura, com a antecedência dos sete ou dez anos que se previa demorar a construção do aeroporto, que deveriam pensar nos efeitos que o aeroporto irá ter nesta região.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre o Aeroporto Internacional da Ota.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS:-----

-----**“Beneficiação dos Diques de Valada:**-----

-----*O Grupo Parlamentar do PS vem manifestar a satisfação, partilhada com toda a população do Concelho, pelo anúncio do lançamento da obra da beneficiação dos Diques de Valada (Dique de Valada, Dique da Tapadinha, Dique de Meias, Dique de S. João e Dique da Meia Postinha).*-----

-----*A concretização desta obra é fundamental por questões de segurança e desenvolvimento económico e social para a qualidade de vida de todos os habitantes do Concelho e, em particular da freguesia de Valada.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----De igual forma, o Grupo Parlamentar manifesta o seu regozijo pelo lançamento da obra do ambicionado Viaduto de Santana, investimento igualmente fundamental para o reforço das acessibilidades e desenvolvimento do Concelho. -----

-----Esta Moção seja enviada para: -----

-----A Sua Exa. Presidente da República-----

-----A Sua Exa. Presidente da Assembleia da República-----

-----A Sua Exa. o Sr. Primeiro Ministro-----

-----A Suas Exas. os Presidentes dos Grupos Parlamentares Representados na Assembleia da República-----

-----A Suas Exas. os Srs. Presidentes dos Partidos Políticos representados na Assembleia da República-----

-----À Assembleia Municipal do Cartaxo, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios do distrito de Santarém -----

-----Aos Órgãos de Comunicação Social Nacionais, Regionais e Locais.” -----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL MOREIRA FABIANO**-----

-----Referiu que a moção apresentada, em geral, abrangia todo o concelho do Cartaxo que iria beneficiar toda a população do Cartaxo, mas que, muito em especial e em particular, a freguesia de Valada, uma vez que fazia menção aos diques, que já não tinham qualquer intervenção a nível de melhoramento ou beneficiação há já longos anos.-----

-----E que as últimas intervenções que tinham sido feitas naquela matéria e naquela área, tinham sido feitas pela Junta de Freguesia de Valada, apoiada pela Câmara Municipal do Cartaxo, com o revestimento de alguns quilómetros nos diques. Portanto, a intervenção que tinha sido feita, tinha sido da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo uma situação que joga com a segurança das pessoas, a segurança dos imóveis e dos terrenos seria com grande satisfação que viam uma intervenção nessa área.-----

-----Disse ainda, que a outra intervenção que vinha referida na moção era a situação da Ponte de Santana ou do Viaduto de Santana, pois toda a gente sabia que aquela ponte existente não apresentava grandes condições de tráfego e que tinha uma dimensão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

diminuta, no que diz respeito à passagem entre si de viaturas, e também não apresenta grandes condições em termos de estabilidade. -----

-----Referiu que a construção do novo viaduto de Santana irá, para além de eliminar aquelas duas situações, também, beneficiar a população da freguesia de Valada e do concelho do Cartaxo, uma vez que, a mesma irá ter, segundo tinha conhecimento, um comprimento superior à actualmente existente e irá permitir que a população do concelho e da freguesia pudesse, por sua vez, passar aquele Viaduto, em médias cheias ou em pequenas cheias.-----

-----Concluiu referindo que seria um benefício extremamente importante para o concelho e em especial para a freguesia de Valada. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente a este assunto disse o seguinte: -----

-----*“Era só para dizer que me associo às explicações que o Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valada acabou de fazer (vou poupar tempo à Assembleia Municipal, mas creio que todas as considerações que ele aqui deixou são mais de que justificadas) e recordar que quer o Viaduto de Santana, quer o conjunto dos arranjos que são feitos nos diques de Valada que associando, por exemplo, à extensão de Pontével que aqui também já falámos hoje, eram rubricas que constavam dos dois últimos orçamentos de Estado e que a Administração Central aqui trouxe para o concelho. Era também com outro entusiasmo que eu veria que futuras propostas destas viessem a ser aprovadas relativamente a outros investimentos que a Administração Central pudesse pôr no concelho.*

-----*É evidente que me apraz registar e verificar que também em Valada estes investimentos avançaram e trouxeram qualidade de vida para as populações.”*-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre a Beneficiação dos Diques de Valada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----SENHORA DEPUTADA DRA. ANA FONSECA E SILVA-----
-----Leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PS:-----
-----“*Variante à EN 3 – Desclassificação e beneficiação das EN’s -Ligação à Ota*-----
-----O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo vem manifestar o seu apoio às diligências desenvolvidas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à reivindicação da construção da variante à EN 3.-----
-----A EN 3 é hoje praticamente um arruamento urbano. Acresce o facto de, desde o Carregado até à Capital de Distrito, Santarém, o troço da EN 3 estar sobrecarregado com trânsito de veículos pesados para satisfação de toda esta sub-região da Lezíria, abrangendo este potencial logístico, mas com os seus efeitos negativos, os Concelhos de Azambuja, Cartaxo e Santarém. A EN 3, neste troço, tem também registado um elevado índice de sinistralidade.-----
-----Este troço, infelizmente, sofre ainda de permanentes estrangulamentos de tráfego, dando como exemplo a zona de Vale de Santarém e hoje mais do que nunca visível, a zona do viaduto da Ponte D’Asseca.-----
-----A variante à EN 3, integrada nas prioridades de acessibilidades desta zona da Lezíria, é assim uma infra-estrutura urgentíssima de concretizar.-----
-----A vantagem de inscrever em próximo PIDDAC esta acessibilidade regional é óbvia. Note-se que esta variante entronca no Concelho com a já concretizada variante à EN 365-2 e as vantagens inerentes que daí advêm para todas as oito freguesias do Município. De igual modo, o Grupo Parlamentar do PS defende a urgente desclassificação e beneficiação das EN 3-2 (Cruz do Campo – Vale da Pedra – Valada), EN 3-3 (Cartaxo – Ribeira do Cartaxo – Santana – Valada), EN 114-2 (ligação ferroviária ao Setil) e EN 365-2 (Pontével – Casais Penedos – limite de Concelho com Azambuja).-----
-----Por último, vem reafirmar a posição pública assumida pelo Senhor Presidente da Câmara na defesa do Prolongamento da Variante à EN 365-2 (Ligação do Concelho à Ota).-----
-----Juntamos esta nossa reivindicação ao «lobbie» de autarcas e empresários recentemente constituído na CULT na defesa desta acessibilidade”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA-----

-----Relativamente a este assunto disse o seguinte:-----

-----“Essa moção tem duas, ou melhor, três situações distintas:-----

-----A primeira, que é a construção da variante à Estrada Nacional número três e que implica que também o Município de Santarém esteja envolvido nesta luta. Como sabem o projecto à Estrada Nacional número três avançará mais rapidamente do lado do Cartaxo do que do lado de Santarém e, portanto, é significativo que é isto possa ter rapidamente um impacto e que o Instituto das Estradas possa avançar com esta medida.-----

-----Relativamente à desclassificação das estradas nacionais no concelho do Cartaxo, essa é uma medida que o Município do Cartaxo, isoladamente, pode tentar negociar com a Administração Central, isto é, quer com Instituto das Estradas quer com Ministério das Obras Públicas.-----

-----Em terceiro lugar, relativamente ao prolongamento da variante a Aveiras, eu creio que ela se justifica, aliás o Dr. Manuel Jarêgo, na reunião preparatória do Orçamento de Estado, levou essa proposta ao Senhor Presidente de Câmara. É uma proposta com a qual concordamos. Agora, eu acho que tem aqui alguma delicadeza que vale a pena termos cuidado, isto é, trata-se de uma infra-estrutura que vai ser desenvolvida sobre o concelho de Azambuja e portanto sobre a qual não temos rigorosamente tutela nenhuma e sobre o qual eu acho até que é pouco simpático da nossa parte estarmos a assumir posições públicas sobre isso, sem que, porventura, os nossos colegas da Azambuja, quer aqueles que estão na Assembleia Municipal, quer aqueles que estejam na Câmara Municipal, se pronunciassem sobre esse assunto.-----

-----Acho que é importante que se fale sobre isto, não tenho a certeza é que nós possamos estar a reivindicar uma coisa sobre o território de outro concelho sem que eles propriamente tenham tomado posição pública sobre isto. Esta é uma questão.-----

-----Há uma segunda questão relacionada com as acessibilidades do concelho e que tem a ver com o prolongamento da EN 114.2, que termina neste momento o arranjo que vai ser feito, e que vai terminar no Nó da auto-estrada do Cartaxo. Foi proposto por mim e pela Eng.ª Luísa Pato há uns meses atrás no Executivo, que fosse também negociado, quer com a Câmara Municipal de Rio Maior, quer com a Câmara Municipal de Santarém, o

27/76

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

prolongamento daquele arranjo no sentido de nos ligar ao nó de Malaqueijo, isto é, a futura zona industrial deveria ser construída junto ao nó da auto-estrada do Cartaxo. Permitirá acessibilidades excelentes, para as empresas que aí se instalarem, à auto-estrada que liga Lisboa ao Porto, mas, simultaneamente com o arranjo da nossa ligação à auto-estrada do Oeste, podíamos também, facilmente, fazer beneficiar as empresas que precisam desse recurso e, portanto, era necessário salvaguardar estas duas referências: a primeira relativamente ao prolongamento da variante dentro do território do concelho da Azambuja e esta segunda que aqui estou a acrescentar porque ela implica designadamente com as Câmaras Municipais de Santarém e de Rio Maior”.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

----- Relativamente a este assunto disse o seguinte: -----

-----“Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Vasco Cunha, só fazer alguns esclarecimentos. -----

-----Em primeiro lugar o Município de Santarém não só está concordante, como está a trabalhar com o Município do Cartaxo, no sentido da consolidação à variante à nacional número três.-----

-----As nossas posições são discutidas, não digo diariamente mas estamos em consonância no sentido de garantirmos que a variante ao nacional número três é concretizada.-----

-----Uma segunda nota para referir que tal como este ponto de concordância com o Município de Santarém, como é óbvio, também no prolongamento da variante Aveiras de Cima que abrange não só o concelho da Azambuja, mas também o concelho de Alenquer. Esta variante a ser feita vai também estar no concelho de Alenquer.-----

-----Tive também oportunidade de discutir (e esta é também uma opinião consonante e concordante) quer com o Presidente da Câmara de Azambuja, quer com o Presidente de Alenquer e quando tornei pública o prolongamento desta variante à EN 365-2, até à Ota, já havia uma posição de concertação dos três presidentes das três Câmaras sobre esta matéria.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----É óbvio que não me competia a mim estar a discutir, ou estar a reivindicar obras para outros municípios, isso é uma posição concordante, é óbvio ainda que, na qualidade de vice-presidente da CULT pudesse, com o devido respeito ao município da Azambuja, fazê-lo, e bem, para o bem da região.-----

-----Uma terceira nota, para informação, não vai ser necessário concertar posições com a Câmara Municipal de Santarém, nem com a Câmara de Rio Maior, no que respeita ao troço que vai desde o nó de acesso até à 114, ou seja, a estrada que liga Santarém a Rio Maior, porque o Instituto de Estradas vai concretizar essa mesma beneficiação, ou seja, já tenho uma posição assumida por parte da direcção regional do Instituto de Estradas e da presidência do Instituto de Estradas, no sentido de que esse mesmo troço que nos vai permitir futuramente a ligação ao nó de Malaqueijo, já está no plano de prioridades de Instituto de Estradas, a perspectiva para dois mil e seis, a respectiva beneficiação. Por isso vamos estar atentos.-----

-----Portanto, não foram as Câmaras que substituíram a Administração Central, felizmente foi a Administração Central que agiu, que vai desenvolver essa decisão, mas vamos estar vigilantes sobre isso.”-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS sobre a variante à estrada nacional número três.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Leu a seguinte Recomendação do grupo do Bloco de Esquerda:-----

-----“Tendo em conta a importância da auscultação da população na elaboração dos Planos de Actividade e Orçamento da Câmara Municipal (recorde-se que já existem exemplos dessa prática de auscultação) e aproveitando o facto de estarmos em sessão para discussão e votação destes documentos para o ano de dois mil e seis, a Assembleia municipal do Cartaxo recomenda ao Executivo camarário o seguinte:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----*Que para o Plano de Actividades e Orçamento de dois mil e sete e seguintes se institua, pela forma que se entenda mais apropriada, entre Maio e Setembro de cada ano, momento privilegiados de debate e auscultação das populações.*-----

-----Disse que o espírito que presidiu a esta Recomendação continha um sentimento de justiça na elaboração, na democratização, no envolvimento e no espírito da democracia participativa, que o Bloco de Esquerda entende ser necessário cada vez mais aprofundar.-----

-----Nesse sentido, referiu que, todas as pessoas pagam impostos e que com esse dinheiro as Câmara efectuam obras e prestam diversos serviços às populações e que existem cada vez mais experiências participativas nas administrações municipais, pelo que, a população deve intervir na definição das prioridades e dos recursos públicos, através de iniciativas como a de um orçamento participativo.-----

-----Disse ainda que com um orçamento participativo a Câmara poderia estabelecer limites e critérios para partilhar o poder de decisão com os moradores do concelho.-----

-----Por último referiu que, era no sentido do aprofundamento da democracia e envolvimento do cidadão e de cidadania na elaboração de orçamentos que o Bloco de Esquerda fez aquela Recomendação à Câmara Municipal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Disse que o seu sentido de voto ia contra por uma razão, mas que não era contra a ideia.-----

-----Referiu que, uma vez que a proposta era para dois mil e sete, iriam ter tempo para discutir aquela ideia.-----

-----Mencionou que já tinham existido algumas experiências no município de Santarém e que julgava não terem corrido muito bem, pelo que deveriam tentar saber o que tinha acontecido nesses municípios para fazerem uma melhor reflexão sobre este tema.-----

-----Acrescentou que, como aquele tipo de condições, de debate e discussão ainda não estavam reunidas, a sua posição seria contra mas, se a recomendação fosse retirada, considerava poderem vir a discuti-la futuramente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Em resposta disse que a experiência de Santarém não tinha sido bem sucedida porque a metodologia não tinha sido a mais correcta, mas que teria todo o gosto em fazer chegar a experiência, como a de Porto Alegre, no Brasil. -----

-----Disse, ainda, que esta recomendação era o espírito da democracia participativa e do orçamento participativo, pelo que não entendia a posição acima manifestada. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Esclareceu que não estava de acordo, porque não tinha uma posição definida sobre o assunto. Disse que estava de acordo que, com tempo, se discutisse a ideia, porque de momento não existiam condições para a discutirem e que isto não significava que concordasse com a ideia. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Disse que, na sua opinião, era consensual a necessidade de se aprofundar a democracia e que aquela seria uma forma de o fazer. -----

-----Referindo-se ao exemplo dado pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda sobre o orçamento participativo na cidade de Porto Alegre, no Brasil, disse que naquela altura a iniciativa tinha sido inserida num momento de crise social na cidade e que também pressupunha uma sociedade civil bem organizada, nomeadamente, com associações de moradores e que, de facto, era um tecido que não existia ainda neste município. -----

-----Disse que Porto Alegre tinha, naquela altura, um tipo de condições para implementar o modelo que, na sua perspectiva, ainda não existia no município do Cartaxo, por falta de interlocutores. Referiu que, inclusive, já tinham tido essa experiência, que não foi num orçamento participativo, mas quanto ao planeamento, em que houve a tentativa de participação, quer em termos de PDM, quer, recentemente, em termos de plano estratégico, em que, inclusivamente, foram feitos convites do ponto de vista sectorial, mas as ausências foram muitas (referiu também que não devem as ausências a fazê-los recuar). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Na sua opinião, existe uma dinâmica social da própria comunidade, que ainda não se encontrava desenvolvida em termos de interlocutores fortemente participativos.-----

-----Por fim, disse que considera o orçamento participativo um instrumento útil, que tinha sido útil na cidade de Porto Alegre, desde que existam determinados pressupostos e com uma certa escala. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a Recomendação apresentada pelo grupo parlamentar do BE sobre o orçamento participativo. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Deu conhecimento das seguintes informações:-----

-----De uma carta dirigida à Assembleia Municipal, remetida pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português que dizia o seguinte: “*Excelentíssimo Senhor Presidente, cumprindo mais uma vez os seus compromissos, o grupo parlamentar do PCP apresentou em sede de discussão do Orçamento de Estado para dois mil e seis, um conjunto de propostas indispensáveis à melhoria de condições de vida da população do distrito de Santarém. Lamentavelmente o PS, o PSD e o CDS/PP rejeitaram as nossas propostas: construção da esquadra da PSP no Cartaxo; remodelação, ou ampliação, do Centro de Saúde do Cartaxo; construção do Centro de Dia de Vale da Pedra/Cartaxo; construção e equipamento da Creche de Vale da Pedra/Cartaxo. Com os melhores cumprimentos, a Deputada Luísa Mesquita.*”-----

-----Deu, também, conhecimento que o décimo quinto congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses se tinha realizado nos dias nove e dez de Dezembro e que o Presidente de Junta não tinha participado, por não ter tido lugar a Assembleia, mas que o Engenheiro Francisco Casimiro tinha estado presente. -----

-----Por último, deu conhecimento, que no dia dezanove do mesmo mês, segunda-feira, às vinte horas e quinze minutos, se iriam realizar eleições para a CULT. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----SENHORA DEPUTADA PROF. MARIA EMÍLIA SOARES -----

-----Relativamente ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, disse que, talvez o mesmo tivesse passado despercebido por ter sido a instalação da nova Assembleia, mas que o grupo da CDU tinha tido conhecimento desse Congresso e que lamentavam o facto de não terem sido informados, pois os assuntos a tratar eram bastante prementes.-----

ORDEM DE TRABALHOS

-----A convocatória efectuada em dois de Dezembro de dois mil e cinco tinha a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 - Apreciação do Relatório e Situação Financeira; -----

-----2 – Regimento da Assembleia; -----

-----3 – Contracção de Empréstimo a Curto Prazo; -----

-----4 – Autorização para Contracção de Empréstimos a Médio e Longo Prazo; ----

-----5 – Apreciação e Aprovação do Plano Plurianual do Investimento e Orçamento para dois mil e seis; -----

-----6 – Eleição do Membro Representante da Assembleia Municipal junto ao Conselho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém; -----

-----7 – Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;-----

-----8 – Eleição do Membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de trânsito; -----

-----9 – Eleição do Representante e Substituto das Juntas de Freguesia do Concelho junto da Assembleia Distrital de Santarém; -----

-----10 – Eleição de um Representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----11 – Eleição do Representante da Assembleia Municipal no Plenário do Conselho Municipal da Juventude; -----

-----12 – Designação de três elementos para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; -----

-----13 – Eleição do Representante da Junta de Freguesia da ANMP. -----

PONTO N.º 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Ao iniciar a ordem de trabalhos, perguntou quem queria intervir sobre a apreciação do relatório de actividade e situação financeira da Câmara Municipal. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO** -----

-----Disse que gostaria de saber o que se tinha passado com as câmaras frigoríficas do mercado municipal e questionou o que tinha acontecido e se as mesmas não tinham arranjo.-----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Disse que já há três ou quatro anos se andava a discutir a matéria da rejeição do peixe na Assembleia, pelo que, já estava a ficar surpreso por a mesma ainda não ter sido abordada. -----

-----Informou que a média por dia de rejeição de peixe no mercado do Cartaxo era de sete gramas e meia e que nas grandes superfícies (onde existem grandes quantidades de peixe) a média era de quinhentas e noventa gramas. -----

-----Na sua opinião, se existia peixe rejeitado, era um bom sinal para o consumidor, pois era sinal de que a fiscalização municipal estava a actuar, o que trazia algum conforto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Quanto à questão colocada pelo Dr. Rogério Coito, disse que tinham tido problemas com as câmaras frigoríficas, que tinham sido muitos os trabalhos de manutenção solicitados, mas que não era verdade que as mesmas estivessem continuamente avariadas há dois meses. Esclareceu que se tinham registado alguns problemas, o que tinha levado a que alguns vendedores habituais de peixe do mercado do Cartaxo não colocassem o peixe à venda. -----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG.ª LUÍSA PATO**-----

----- Interveio para dizer que, da análise que efectuou ao Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira, tinha reparado que um projecto de um levantamento fotográfico para um estudo prévio em execução, relativo ao mercado da Ereira, se mantinha desde Setembro na Divisão de Planeamento e Administração Urbanística (DPAU). -----

-----Referiu que poderia ser um problema técnico ou de falta de funcionários, mas que lhe pareceu um pouco exagerado que desde Setembro se estivesse para fazer um levantamento fotográfico, pelo que, solicitou à Câmara uma explicação pela demora na execução destes estudos prévios.-----

-----**SENHOR VEREADOR ENG.º FRANCISCO CASIMIRO**-----

-----Esclareceu que a razão de ser daquela situação tinha a ver com a prioridade do trabalho a desenvolver pela DPAU e que, naturalmente, dentro dos trabalhos prioritários da DPAU ainda não teria chegado o momento de realizar essa tarefa, não descuidando contudo a importância da mesma o que implica mantê-la no plano de actividades. -----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG.ª LUÍSA PATO**-----

-----Referiu que no Relatório de Síntese da Actividade Municipal não estava mais nenhum projecto em alternativa àquele.-----

-----Disse que o atraso não deveria ser por excesso de trabalho no licenciamento de obras e na passagem dos alvarás de construção, porque em Setembro foram emitidos onze alvarás para construção e em Outubro dez. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR VEREADOR ENG.º FRANCISCO CASIMIRO**-----

-----Esclareceu que, dentro de algum tempo, iriam poder ver os resultados do trabalho que estava a ser desenvolvido pela DPAU, uma vez que, dado o pouco tempo que tinham no exercício das funções, seria prematuro fazer qualquer tipo de comentários sobre o assunto e que aquela discussão deveria ficar para alguns meses depois.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente ao relatório de síntese da actividade municipal e à situação financeira da Câmara Municipal disse o seguinte:-----

-----*“Tinha três notas que gostava de fazer relativamente a este relatório de síntese da actividade municipal e à situação financeira da Câmara Municipal. -----*

-----*A primeira nota é uma nota de recomendação. Creio que já temos actividade suficiente no Centro Cultural do Cartaxo para começarmos a ver aqui alguma prestação da actividade que o centro cultural desenvolve e creio que, em futuros relatórios de síntese, se justificava que vissemos aqui alguma da actividade que é desenvolvida no Centro Cultural e, portanto, deixava aqui uma recomendação para o futuro. -----*

-----*Creio que, também associado a esta, com a entrada ao serviço do estádio municipal, também depois haverá aí informação que podemos começar a verificar. -----*

-----*Relativamente à informação que nos foi distribuída, eu queria chamar à atenção para a página vinte e dois, porque esta é para mim, no conjunto da distribuição que nos é feita desta informação, a informação mais sumarenta, mais importante, do relatório que aqui está, porque é nessa página vinte e dois da Divisão de Administração e Finanças, que nós podemos ver como é que a Câmara Municipal está a executar o Orçamento que a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram em Dezembro do ano anterior. E temos aí as receitas correntes e as receitas de capital na primeira quadrícula e, depois, cá em baixo, as despesas correntes e as despesas de capital. -----*

-----*Só para localizar aquilo que estamos a falar, temos a coluna do Orçamento, portanto, aquilo que foi orçamentado para ao longo do ano ser gasto em cada uma destas*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

designações de conta, dessas rubricas. Depois temos a receita cobrada no período de um de Janeiro até trinta de Novembro. -----

-----Olhando para estas duas colunas, facilmente comparamos o que foi orçamentado com aquilo que foi consumido até ao momento. E, se nós verificarmos aquilo que está aqui nestas colunas, o que de imediato salta à vista é que nas receitas de capital (na segunda sub quadrícula, encontramos as transferências de capital, que eram as transferências que a Câmara Municipal expectava receber para depois poder utilizar em despesa), aquilo que verificamos no Orçamento é que a Câmara Municipal orçamentou, para gastar em receitas de capital, € 8.954.645,00 (oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco euros), portanto, contas redondas, nove milhões de euros e aquilo que, de facto, cobrou, ou veio a receber desta transferência de capital, são dois milhões de euros. Aquilo que há aqui é uma diferença de sete milhões de euros. -----

-----Olhando para a despesa, verificando a última sub quadrícula, temos a aquisição de bens de capital (nas despesas de capital) e temos aí o montante do Orçamento que eram, contas redondas, € 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil euros). Portanto, quando nós olhamos para a receita corrente, aquilo que verificamos é que, de alguma forma, aquilo que foi orçamentado se ajusta àquilo que está a ser gasto. -----

-----Quando olhamos para a receita de capital, verificamos que uma parte substantiva daquilo que foi orçamentado não passa de uma ilusão, porque depois não tem qualquer tipo de resultado naquilo que é a concretização. Mas, por outro lado, quando olhamos para a despesa de capital, verificamos que a Câmara se propôs investir quase €10.000.000,00 (dez milhões de euros) e, de facto, aquilo que consegue investir é um terço daquilo que orçamentou para investimento. -----

-----Portanto, esta é uma primeira nota que eu queria deixar relativamente a esta página, deixando aqui também uma nota de rodapé, dizendo que esta página vai acompanhar ao longo de todo o mandato, porque é nesta página que nós escrutinamos aquilo que há orçamentado e aquilo que é executado. Portanto, devemos ser rigorosos quando se faz um orçamento e temos que ser rigorosos com as despesas que se efectuam e isto aqui demonstra o que está a ser feito. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----A página seguinte dá-nos a informação sobre a situação financeira, dá-nos basicamente aquilo que é a dívida da Câmara Municipal. Eu distribuí uma folha com a informação onde eu fui buscar informação mais antiga que eu tinha em minha posse. Não consegui ir mais atrás e fui buscar uma informação de Janeiro de dois mil e três.-----

-----Se quiserem verificar, nesta página vinte e três, qual era o total da dívida a curto prazo a terceiros, verificarão que eram € 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil euros).-----

-----Se viermos mais para baixo, para as dívidas de curto prazo a terceiros, então aí tivemos a decomposição de tudo o resto. Verificamos nas dívidas de curto prazo a terceiros, os fornecedores de conta corrente e os fornecedores de imobilizados têm, grosso modo, € 7.000.000,00 (sete milhões) em dívida por parte da Câmara.-----

-----Portanto, os fornecedores da Câmara Municipal têm, neste momento, a expectativa de virem a receber € 7.000.000,00 (sete milhões de euros). E se quisermos ir à dívida de longo prazo (dívidas na rubrica «dívidas a terceiros – médio e longo prazo»), poderão verificar que a dívida neste momento é de € 8.800.000,00 (oito milhões, oitocentos mil euros), contas redondas.-----

-----Em suma, a Câmara, neste momento, as responsabilidades que tem para terceiros, entre a dívida a curto prazo sobretudo para fornecedores, onde estão €7.000.000,00 (sete milhões de euros) e a dívida de médio e longo prazo, sobretudo à banca, temos aqui, contas redondas, cerca de € 16.000.000,00 (dezasseis milhões de euros), e estamos a falar do final do mês de Novembro.”-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Na sequência da intervenção anterior disse que gostaria de colocar uma questão, como preâmbulo à sua intervenção.-----

-----Referiu que tinha lido algures, talvez no Orçamento, que havia a intenção de certificar as contas da Câmara do Cartaxo por uma empresa idónea, naturalmente independente e neste sentido, questionou se aquela certificação de contas implicaria, ou não, uma auditoria por organismo acreditado, uma vez que tinha sido um compromisso eleitoral.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Referiu que, na página vinte e dois, estavam orçamentados como receita corrente, de impostos directos, o valor de € 4.800.800,00 (quatro milhões, oitocentos mil e oitocentos euros) e unicamente foram cobrados no período anterior € 3.144.384,59 (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

-----Da sua análise concluiu que existia um diferencial de nove milhões e novecentos e cinco mil euros, entre o orçamentado para cobrança e o realmente cobrado até fins de Novembro daquele ano. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Sobre a análise dos diversos grupos ao Relatório da Actividade Municipal e Situação Financeira acrescentou o seguinte:-----

-----*“Eu sobre estas matérias não vou parafrasear o nosso Presidente da República e dizer que um orçamento não são só números.*-----

-----*Como sabemos, um orçamento é um documento político e o que está aqui em causa são análises de orçamento não é, ainda, a discussão, propriamente dita, do Orçamento.*-----

-----*Isto para dizer o seguinte: em primeiro lugar que o nosso concelho cresceu, está nos olhos de todos nós, está à vista. Temos indicadores claros, vou dar apenas dois, mas é um facto objectivo este crescimento, também é um facto objectivo nós termos despesas inerentes a este crescimento.*-----

-----*Há quatro ou cinco anos atrás tínhamos qualquer coisa como cinco hectares de área verde para cuidar, para manter, hoje temos qualquer coisa como vinte e cinco hectares de área verde. O concelho cresceu nas suas oito freguesias, na sua dimensão, nas suas necessidades.*-----

-----*Um segundo ponto: o concelho desenvolveu-se, é um facto. Nós hoje olhamos para o concelho, comparativamente há quatro ou cinco anos atrás (e eu referi muitas vezes que era impossível continuarem os níveis de investimento e de concretização que sempre tivemos), e verificamos que o investimento vai começando a estabilizar, ou até, a representar uma quota-parte menos significativa daquilo que era no passado.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Em termos de equipamentos sociais, de rede viária, de saneamento, daquilo que é a concretização de equipamentos sociais na área da cultura, na área do desporto, eles estão à vista e repartidos pelas oito freguesias. -----

-----Se nós formos a analisar, desde o início do nosso concelho, há cento e noventa anos atrás, é visível o investimento deste período de quatro anos e que, naturalmente, irá continuar, mas com certeza com um investimento menor, o que nos permite provavelmente afirmar que os últimos quatro anos foram um período de ouro, em termos de investimento e de concretização no concelho. -----

-----É um facto e está comprovado pelas contas de gerência. Pode-se ir lá ver, apontando-se para qualquer coisa como vinte e três a vinte e cinco milhões de euros de investimento pago, concretizado, neste período de tempo. -----

-----Isto para dizer que o nosso concelho teve que aproveitar, num período de dificuldades económicas, financeiras, as oportunidades que lhe eram dadas, mas também ou as aproveitávamos ou não. -----

-----Isto para rematar, dizendo que, antes de ir propriamente à análise do mérito e daquilo que me parece mais importante, houve um período de tempo, que eu ainda me recordo, aqui há oito anos, quando eu iniciei a minha vida autárquica, que a oposição, por norma, quando vinham estes documentos de natureza financeira, não fazia grandes comentários, grandes análises ou críticas. Faziam sim comentários, críticas, ou análises àquilo que eram os investimentos que estavam orçamentados e que não eram feitos. -----

-----Estou-me a recordar de forma muito concreta, questionava-se porque não era recuperado o mercado? A praça de touros? Porque que não se fazia um pavilhão de exposições? Um parque de veículos pesados? Um centro de convívios no Cartaxo? Porque não se fazia a beneficiação dos mercados nas freguesias? Porque não se fazia o centro de dia na Lapa? Porque não se fazia a beneficiação da 512, ou a concretização de água nos casais da Lapa? E a concretização de água ou a conduta distribuidora dos Casais da Amendoeira até aos Casais da Lapa? E outras. Era recorrente, nós vínhamos a esta Assembleia e deparávamo-nos com a situação, onde, o que estava em causa e objecto de crítica eram os investimentos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----*Eu penso que todos nós de uma forma ou de outra podemos comprovar, até mesmo os elementos da oposição que à data estavam na Assembleia ou na Câmara, que efectivamente a preocupação era a concretização do investimento e os respectivos custos e só posteriormente a gestão.*-----

-----*Hoje a realidade é bem diferente, temos uma oposição cuja preocupação se centra apenas na gestão da Câmara, todavia era bom que todos nós tivéssemos consciência que a gestão representa todo o investimento que foi feito.*-----

-----*O Dr. Vasco Cunha chamou aí à atenção para um pormenor:*-----

-----*Gostava de ver espelhada no relatório, em análise económico-financeira, a actividade, quer do Centro Cultural, quer do Estádio Municipal.*-----

-----*Mas, chamo à atenção do Dr. Vasco Cunha que com a mesma importância com que realçou esta análise, tem, certamente, consciência que houve um aumento significativo de despesa com estas duas infra-estruturas e que a mesma terá que ser paga, caso contrário aparecerá no relatório.*-----

-----*Por isso é que alguns dos autarcas até já equacionam a hipótese de venderem os estádios, ou este tipo de equipamentos sociais, para sustentar as suas economias, os seus municípios (de facto há um aperto que está a ser feito pela Administração Central).*-----

-----*Para dizer o seguinte, também me preocupa a gestão da Câmara e as dívidas a terceiros, mas o que é importante aqui é o conceito de equilíbrio e de garantirmos a sustentabilidade dos pagamentos aos fornecedores.*-----

-----*Preocupam-me mais os fornecedores conta-corrente, do que os fornecedores imobilizados, muito sinceramente os fornecedores imobilizados é a tal dívida de investimento, é a tal dívida a empreiteiros e essa é paga, é paga também no tempo.*-----

-----*Nós não imaginamos aquilo que significa o estrangulamento que é feito à Lei das Finanças Locais desde dois mil e dois, mas o facto de todos os municípios, incluindo o município do Cartaxo, não terem tido a possibilidade de contrair dívidas de médio e longo prazo para pagar financiamento e investimentos que, por natureza, são a médio e a longo prazo (um dos exemplos foi há pouco: estádio e centro cultural), também tem os seus efeitos nessas contas. Para pagar esses investimentos devíamos estar a ter financiamento a médio e longo prazo e os municípios não o tiveram.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Estariamos a viciar o jogo se nós não tivéssemos ido buscar fundos comunitários ou contratos-programa à Administração Central, mas, para grande parte desses investimentos, fomos buscar esses dinheiros, fomos participar esses investimentos. -----

-----Isso para dizer que, dentro da preocupação da gestão, há aqui dois indicadores que também são importantes:-----

-----Por um lado, a estabilidade de pagamentos desde dois mil e dois, onde se praticou o maior impulso em termos de investimentos. É certo que houve um aumento do prazo médio dos pagamentos aos fornecedores. Eu recordo-me que, em dois mil e dois, tínhamos um prazo médio de pagamento de sessenta e quatro dias e hoje ele é de cento e quinze dias. Mas, se nós formos fazer uma comparação com aquilo que é o desempenho dos municípios ao nível do país, não sei se esses cento e quinze dias são assim tão significativos, até porque nessa matéria também temos feito determinadas políticas que visam o pagamento aos fornecedores. -----

-----Eu recordo-me de um acordo de pagamento que foi feito no sentido de pagar dívidas aos fornecedores e permitiu facilitar a tesouraria dos nossos fornecedores, isto aconteceu há pouco, seis meses. -----

-----Por outro lado, a nossa capacidade de endividamento à data dos documentos que estão aqui apresentados ainda se situa muito aquém dos limites de endividamento, de acordo com a portaria que a Ministra Manuela Ferreira Leite aprovou em dois mil e dois, que reduziu para metade as capacidades de endividamento. Ainda estamos a cerca de quarenta e meio por cento do nosso limite.-----

-----Estes dois indicadores são importantes para esta análise, para aquilo que é a comparação do tal equilíbrio entre o que se gasta e o que se investe e aquilo que se depende nesses investimentos. Não podemos ver só o lado mau das coisas, também temos que ver o lado bom, por isso, quando eu comecei a dizer que uma sociedade, uma economia, não são só números, também temos que ver aquilo que foi a concretização efectiva de um conjunto de investimentos, num período de tempo extremamente difícil, num período económico extremamente difícil.-----

-----Agora impõe-se a pergunta, se me disserem: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Então crescemos e desenvolvemos acima das nossas possibilidades durante os últimos anos e essas contas espelham isso? -----

-----Eu responderia: -----

-----Do ponto de vista económico nós estivemos à frente do nosso tempo, mas os investimentos tinham que ser feitos e tínhamos que aproveitar as oportunidades e os cofinanciamentos e hoje, felizmente, o Cartaxo tem acessos, tem consolidação de infraestruturas básicas, equipamentos sociais, que não tinha há quatro anos atrás. -----

-----Impõe-se uma política de contenção, de equilíbrio e de rigor nos próximos anos (que vem espelhada no Orçamento), para recuperarmos o esforço que foi feito nos últimos anos, e uma mão-de-ferro no controlo das contas e, em particular, das despesas correntes. -----

-----Se há ou não arrependimento desta política de investimento agressiva que foi seguida? Não há nenhum, até porque penso que todos os munícipes já aprovaram aquilo que fizemos pelas oito freguesias.” -----

-----**SENHOR DEPUTADO ELIAS RODRIGUES** -----

-----Relativamente à análise do grupo do PSD ao Relatório, disse que lhe parecia um *slogan*, que já se ouvia há muito tempo, o facto de olharem para aquele documento previsional apenas com o sentido crítico das despesas, quando o factor importante era a relação de benefícios e resultados, que estavam à vista como fruto do trabalho de uma equipa que tem um rumo e um projecto. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA** -----

-----Retorquiu ao Deputado Elias Rodrigues que não tinha intenção de voltar àquele tema, até porque estavam a fazer a mera apreciação da situação financeira da Câmara, mas que a sua intervenção também lhe pareceu um *slogan* porque não tinha contestado rigorosamente nada daquilo que ele tinha dito.-----

-----Salientou que o que tinha afirmado anteriormente, espelhado no documento, era que as previsões das receitas de capital não estavam demonstradas na execução e o que o Senhor Deputado Elias Rodrigues falava era do documento previsional, era do Orçamento,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

mas que quando se olhava para a coluna de execução se verificava aquilo que tinha sido consumido. Referiu que aquele era um facto incontornável, incontestável e que nem com malabarismo, nem com piruetas se iria conseguir justificar aquela coluna. -----

-----Acrescentou que, se o mesmo olhasse para as despesas de capital, verificaria que o investimento proposto para ser realizado no concelho, não correspondia àquele que tinha sido orçamentado e que, quanto a este facto, não havia justificação que se pudesse encontrar do ponto de vista orçamental.-----

-----Disse que o orçamento era um documento político, onde se colocavam as opções que se pretendiam realizar durante o ano e que, depois, estava a parte da execução, a qual era incontestável.-----

-----Em conclusão, mencionou que a intervenção do Senhor Deputado Elias Rodrigues se tinha resumido à mera identificação da sua presença física, para justificar que ali se encontrava.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ELIAS RODRIGUES**-----

-----Referiu que tinha querido dizer que aquele era um *slogan* do Dr. Vasco Cunha e da sua bancada, que eventualmente poderia passar a ser um tipo de linguagem.-----

PONTO N.º 2 - REGIMENTO DA ASSEMBLEIA

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Perguntou se algum dos grupos parlamentares tinham alguma proposta para a constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----De seguida leu a proposta apresentada pelo grupo do PS:-----

-----“O Grupo do Partido Socialista propõe a constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia Municipal composta por:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----*Dr. António Góis, Fernando Santos, Câncio Ribeiro e Dra. Ana Fonseca e Silva;*-----

-----*Um deputado do PSD;*-----

-----*Um deputado da CDU;*-----

-----*Um deputado do Bloco de Esquerda.”*-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO**-----

-----Relativamente à proposta apresentada, disse que a CDU gostaria de fazer uma declaração de voto, pois não aceitaria integrar uma comissão daquele género em que estaria maioritariamente colocada a posição do PS, pelo que da sua parte não iria indicar qualquer nome.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Disse que havia uma questão de operacionalidade que tinham de ter em conta.

-----Referiu que, em princípio, o PS não se oporia a que houvesse um representante de cada partido na comissão, mas que isso significava ficar em minoria nessa comissão.-----

-----Assim, afirmou que, por uma questão prática, uma vez que o documento iria ser votado na Assembleia, onde a maioria era PS, a referida comissão deveria ser integrada, também, com uma maioria PS, à semelhança do que é feito na Assembleia da República quanto às comissões.-----

-----Disse, ainda, que se assim não fosse, o trabalho poderia ir por “água abaixo” porque não iriam votar favoravelmente, caso não tivesse existido consenso nessa comissão.

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----No seu entendimento, aquela comissão era para elaborar um estudo e um projecto de Regimento, pelo que deveria conter as posições de todos, no espírito da democracia participativa.-----

-----Salientou a importância de existirem diferenças e alternativas, mesmo sabendo que, à partida, não saíam vencedoras. Disse que o facto de quererem “matar” a discussão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

do Regimento à partida, com uma comissão maioritariamente do PS, levava a que o BE não pudesse entrar naquela filosofia, pelo que, naquela circunstância, também não aceitava fazer parte da comissão.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Esclareceu que não se colocava nenhuma questão em termos da participação, porque, ao se criar um grupo de trabalho era com o intuito de todos apresentarem as suas propostas.-----

-----Referiu, também, que a democracia implica que os partidos tenham votos e percentagem, implica que uns ganhem e outros percam e que este princípio deve ser respeitado.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO**-----

-----Disse que tinha pertencido ao grupo de trabalho para elaboração do Regimento no último mandato, em que o PS tinha mais elementos na comissão, mas que os mesmos não apareciam.-----

-----Recordou que quando o documento chegou à Assembleia, um deputado do PS questionou o regimento elaborado (não o conteúdo, mas a forma como estava redigido), quando, supostamente, o PS tinha estado “implicitamente presente”.-----

-----Por último, referiu que não queria voltar a ver um grupo de trabalho a actuar daquela forma.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Uma vez que estavam perante um impasse, sugeriu que o grupo de trabalho fosse constituído por quatro pessoas e que cada uma representasse o número de votos da sua bancada, ou seja, o PS teria uma pessoa nessa comissão que votaria com o número correspondente ao número de eleitos na Assembleia Municipal, a pessoa que representasse o PSD, representaria cinco votos, uma pessoa da CDU representaria três votos e do BE representaria um voto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Por último referiu que, se fosse necessário recorrer à votação, votariam como se estivessem na Assembleia Municipal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Disse que a proposta apresentada pelo Dr. Vasco Cunha vinha no sentido da proposta do PS e que estavam de acordo quer com uma, quer com outra.-----

-----Acrescentou que o grupo do PS estava de acordo com a proposta do PSD e que gostaria de ouvir a CDU e o BE.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Concordou com a proposta formalizada pelo PSD, porque a operacionalidade ficou ressalvada e sugeriu que trouxessem várias propostas sobre o tema para serem discutidas na Assembleia.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição da comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, composta por: Dra. Ana Fonseca e Silva – PS, Eng.ª Luísa Pato – PSD, Dr. Rogério Coito – CDU e Francisco Colaço – BE.-----

PONTO N.º 3 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Sobre este ponto, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Nos termos do número seis do artigo vigésimo terceiro, da Lei número quarenta e dois, barra, noventa e oito e do Regimento, vem o Executivo colocar hoje à apreciação e votação desta Assembleia a contracção de empréstimo a curto prazo, destinado a acorrer a eventuais dificuldades de tesouraria até ao limite máximo previsto, ou seja, não podendo o seu montante médio anual exceder dez por cento das receitas provenientes das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

participações do Município nos fundos de BASE MUNICIPAL, GERAL MUNICIPAL e de COESÃO MUNICIPAL, transferidos da Administração Central”. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente à proposta de contracção de empréstimo a curto prazo, disse que pretendia colocar uma questão relacionada com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis, remetendo para a página oitenta e um, do referido Orçamento.-----

-----Na referida página mencionou a rubrica «sociedades financeiras, bancos e outras instituições financeiras», onde estava orçamentada uma verba de € 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil euros) e que pressupunha que seria o empréstimo a ser pedido a curto prazo para o orçamento de dois mil e seis, apesar da proposta de empréstimo a curto prazo não dizer qual o montante.-----

-----De seguida remeteu para a página cento e doze do orçamento, onde consta o mapa previsional de endividamento – empréstimos. -----

-----Referiu que, no dia vinte de Dezembro do ano de dois mil e quatro, foi aprovada pela Assembleia Municipal a contracção de um empréstimo (que foi contraído em catorze de Fevereiro de dois mil e cinco), por dez meses, no valor de quatrocentos e oitenta mil euros, para acorrer a dificuldades de tesouraria, que é o destino normal deste empréstimo. -----

-----Disse que a filosofia subjacente a estes financiamentos a curto prazo é que os mesmos devem ser contraídos, utilizados e liquidados durante o exercício orçamental, conforme consta da Lei das Finanças Locais. -----

-----Salientou o facto de os referidos quatrocentos e oitenta mil euros estarem ainda inscritos no Orçamento, em um de Janeiro de dois mil e seis. Perguntou se o empréstimo já tinha sido liquidado ou se estaria para ser liquidado, uma vez que o empréstimo tinha sido pedido por dez meses e, portanto, deveria ser liquidado até ao final do ano.-----

-----Afirmou, ainda, que se o empréstimo passasse para o próximo ano, iria necessitar de visto do tribunal de contas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Por fim, referiu que aquilo que o mapa mostrava era que os quatrocentos e oitenta mil euros passavam para o próximo ano e não seriam liquidados no ano de dois mil e cinco. A dúvida que tinha era se, naquele momento, estariam a autorizar um empréstimo que iria servir para liquidar o empréstimo contraído em dois mil e cinco. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Esclareceu que o empréstimo ia ser pago. A razão pela qual estava inscrito no Orçamento era porque lhes tinha sido transmitida a informação de que seria possível fazer o pagamento do empréstimo em doze meses, ou seja, não durante o ano, mas durante doze meses.-----

-----Referiu, também, que o que estava no Orçamento iria deixar de figurar como tal numa próxima revisão orçamental.-----

-----Salientou que o documento em apreciação para a contracção do empréstimo se tratava de um documento normal e que cabia dentro da normal gestão financeira do Município e que jamais seria utilizado para pagar o empréstimo anterior, pois seria grave se tal acontecesse. Embora alguns juristas e pessoas ligadas à área das finanças locais defendessem que era possível, existiam dúvidas em relação aquele assunto, ou seja, se se contavam os doze meses e não o ano a que respeitava o pagamento. Entende que, caso isso se verificasse, o que constava do orçamento era perfeitamente legítimo e correcto.-----

-----Por fim, esclareceu que uma vez que os pareceres eram contraditórios, o empréstimo seria pago naquele ano, para evitar dúvidas, e que iria haver uma alteração orçamental que consubstanciasse esse mesmo pagamento. Reafirmou que, naquele momento, a aprovação e discussão tinham como objectivo a contracção de um empréstimo a curto prazo para fazer face, tal como a lei prevê, a despesas de tesouraria. -----

DELIBERAÇÃO: Posta à votação, a contracção do empréstimo a curto prazo em dois mil e seis, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a contracção do referido empréstimo, até ao limite legal estabelecido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

PONTO N.º 4 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Começou por fazer uma breve introdução a este assunto, dizendo que em relação a este empréstimo o Executivo Municipal na sua reunião de catorze de Novembro de dois mil e cinco tinha deliberado a contracção no montante total de 130.346,00 € (cento e trinta mil e trezentos e quarenta e seis euros).-----

-----Explicou que este foi o valor máximo autorizado pela Direcção Geral das Autarquias Locais, em consequência do rateio efectuado ao abrigo do número três do artigo décimo nono da Lei número cinquenta e cinco, traço B, barra, dois mil e quatro, de trinta de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado para dois mil e cinco.-----

-----Referiu, ainda, que o pedido de autorização à Assembleia Municipal (cujas cópias foram distribuídas aos Senhores Deputados no prazo legal estabelecido) vem instruído e acompanhado de informação sobre as condições praticadas em três instituições de crédito, nos termos do número cinco, do artigo vigésimo terceiro, da Lei número quarenta e dois, barra, noventa e oito, de seis de Agosto.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Disse que na informação distribuída aos Deputados Municipais não constava, em anexo, o mapa da capacidade de endividamento do Município.-----

-----Informou que a Lei das Finanças Locais estabelecia que a referida documentação deverá vir acompanhada do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, pelo que, recomendou que, no futuro, essa informação viesse também à Assembleia.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Considerou a recomendação e disse que lhes seria entregue o referido relatório da capacidade de endividamento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

----- Esclareceu que a DGAL não permite aumentar os níveis de endividamento, dado que é feito um rateio com a finalidade de estabelecer os valores dos empréstimos que a Autarquia pode contrair.-----

DELIBERAÇÃO: Posta à votação, a contracção do empréstimo a médio e a longo prazo em dois mil e seis, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções do grupo do PSD da CDU e do Bloco de Esquerda, concordar com a contracção do referido empréstimo. -----

PONTO N.º 5 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SEIS

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Colocou à aprovação da Assembleia Municipal nos seguintes termos:-----

-----No uso das competências determinadas pelo disposto da alínea c) do número 2 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo Municipal submeteu a aprovação da Assembleia Municipal, as opções do Plano e a Proposta de Orçamento.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO**-----

-----Começou por dizer que a análise da CDU iria ser uma análise global aos documentos previsionais que foram distribuídos aos membros da Assembleia.-----

-----Disse que o Orçamento ronda os vinte e nove milhões de euros e o investimento assegurado cerca de 14, 7 milhões de euros.-----

-----Disse, também, que, embora se saiba que o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais (aprofundando gravemente a sua política de estrangulamento financeiro),

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

em relação ao município do Cartaxo, as verbas oriundas do Orçamento de Estado para dois mil e seis são praticamente idênticas às verbas de dois mil e cinco. -----

-----Referiu que, não poderia deixar de salientar o empolamento com que o mesmo foi feito, sem ter em conta a necessidade de uma gestão autárquica menos despesista no enquadramento geral da recessão económica que o país atravessa, dado não exemplificar sinais de contenção da despesa corrente e do grau de endividamento. -----

-----A título de exemplo, mencionou que existiam Câmaras Municipais no Ribatejo que orçamentaram menos porque houve uma quebra significativa das receitas, por um lado, no caso do IMI e da DERRAMA, por outro o esvaziar dos fundos comunitários e os naturais atrasos na execução do novo quadro comunitário. -----

-----Relativamente às rubricas inscritas, disse que as mesmas levantavam algumas dúvidas e referiu, como exemplo, as rubricas constantes da página setenta e três, onde se prevê arrecadar de receita em parques de estacionamento uma verba significativa, que julga não fazer sentido.-----

-----Remeteu para a página setenta e cinco e setenta e seis para questionar as receitas respeitantes a uma cooperação técnico-financeira, que contava com uma participação comunitária e ainda as receitas respeitantes aos serviços culturais e desportivos.

-----No campo das despesas, referiu que a classificação «outros» tinha valores elevados, nomeadamente na rubrica «outros suplementos e prémios», o que considerou como uma espécie de “saco-azul”.-----

-----Referiu outros aspectos atinentes ao orçamento, nomeadamente, os €140.450,00 (cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta euros) para horas extraordinárias; €334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil euros para gásóleo e gasolina) e €305.405,00 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e cinco euros para publicidade) indicando, também, o facto de não se abdicar da publicidade. -----

-----Salientou, ainda, a análise que fez às rubricas das festas do vinho de dois mil e quatro e dois mil e cinco, bem como, ao projecto «Cartaxo – Capital do Vinho» e questionou as despesas orçamentadas, nomeadamente, as que estão orçamentadas até dois mil e sete, respeitantes a este último projecto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Referiu que na colecta prevista da DERRAMA para dois mil e seis, se estimava uma verba para os cofres do município maior do que em dois mil e cinco mas que, no entanto, estavam mais empresas a fechar, pelo que, duvidavam da expectativa orçamentada.-----

----- Em relação às Juntas de Freguesia, comparou as verbas do ano de dois mil e cinco e dois mil e seis e verificou um decréscimo de vinte e cinco vírgula quatro por cento, o que justifica o descontentamento dos respectivos Presidentes de Junta.-----

-----Salientou, ainda, que nas despesas de pessoal para dois mil e seis havia um aumento de 20,1% (vinte vírgula um por cento) em relação ao orçamento do ano transacto. -

-----Face à análise que fez deste orçamento para dois mil e seis, concluiu que não era um bom orçamento e que não contemplava nenhum dos projectos apresentados pela CDU, tais como, a criação da carta ambiental, o programa concelhio de prevenção da toxicodependência, a ligação dos esgotos de Porto de Muge à central de tratamentos, a requalificação da ribeira do Cartaxo, entre outros.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Iniciou a sua intervenção dirigindo-se a todos os membros da Assembleia no sentido de incentivar o exercício das suas funções, especialmente os Presidentes das Juntas de Freguesia ali representadas, convidando-os a apresentarem as necessidades das respectivas Juntas e a emitirem em conjunto uma opinião sobre o orçamento em discussão, por considerar que este seria um exercício saudável da democracia.-----

-----Salientou que este convite era um estímulo, porque não gostaria de ver ali representada uma “massa acrítica” apenas por uma questão de disciplina partidária.-----

-----Questionou as verbas constantes de várias rubricas, nomeadamente, «transferências correntes», uma «cooperação técnico-financeira», «venda de bens e serviços correntes», «outras despesas correntes», entre outras.-----

-----Por último, solicitou explicação sobre o equilíbrio das contas correntes, porque, na sua opinião o orçamento poderia enfermar pelo mesmo defeito do orçamento de dois mil e cinco, que considerou como receitas valores que depois não se consideraram como cobranças.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Em resposta à intervenção anterior, disse que a observação feita não fazia qualquer sentido, pois todos os presidentes de Junta ali representados eram pessoas bastante activas e empenhadas na defesa dos interesses das suas freguesias e que não constituíam, de forma alguma uma “massa acrítica” e quem proferia uma afirmação destas era porque andava bastante distraído. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Disse que olhando para o enquadramento que aquele Orçamento deveria ter e aquilo que iria, eventualmente, acontecer para o ano de dois mil e seis, valeria a pena deixar algumas considerações antes de entrar, propriamente, na avaliação das propostas contidas no mesmo. -----

-----Referiu que estavam, praticamente, no final do último ano, aliás, a avançar para o último quadro comunitário de apoio. Disse que naquele fim-de-semana se iria realizar uma cimeira importante e que, daquela cimeira, poderia sair um acordo para o próximo quadro comunitário, podendo Portugal sair beneficiado, para que também os Municípios pudessem continuar a concorrer de outra forma e a beneficiar de alguns fundos para o seu próprio desenvolvimento. -----

-----Disse que gostava de tecer outra consideração que estava relacionada com uma crítica que o PSD foi fazendo ao longo dos últimos três anos, que tinha a ver com a necessidade de consolidação orçamental nas contas da Câmara Municipal que, na sua opinião, não estava a ser feita. -----

-----Referiu, também, que existiam outras condições que importava verificar naquele orçamento, nomeadamente, a introdução do POCAL que trouxe uma transparência muito maior e, conseqüentemente, algumas rubricas que no passado dificilmente se conseguiriam encontrar ou justificar, naquele momento já eram facilmente identificáveis e descortinadas. -----

-----Disse que, com a introdução dos novos impostos sobre os imóveis (IMI, IMT), as Câmaras passaram a beneficiar de uma receita adicional importante e que estas receitas, de alguma forma, permitiam esconder um pouco do crescimento da despesa corrente e o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

crescimento da receita corrente (que não teria acontecido sem a introdução daqueles dois novos impostos). -----

-----Referiu outra questão, relacionada com o endividamento das Autarquias e, em particular, da Câmara do Cartaxo. Disse que o Orçamento de Estado recentemente aprovado veio, de alguma forma, tornar mais transparente esta questão, desde logo porque o “*leasing*” passou a contar para o endividamento dos Municípios e o “*factoring*” passou, também, a constituir uma parte visível desse endividamento. -----

-----Relativamente ao Orçamento e à análise dos números e das propostas feitas, disse que aquilo que a Câmara do Cartaxo iria receber do Orçamento de Estado para o ano seguinte era menos do que aquilo que recebeu em dois mil e cinco, ou seja, os três fundos (o fundo de base municipal, o fundo de coesão municipal e o fundo geral municipal), em conjunto, iriam entregar à Câmara Municipal menos dinheiro no ano seguinte do que no ano de dois mil e cinco.-----

-----Referiu que esta era uma situação difícil para a Câmara do Cartaxo, porque no fundo de coesão não iria receber nada, quando no ano anterior tinha recebido, aproximadamente, quarenta mil contos só em transferências correntes. -----

-----Referiu, também, que existiria outra dificuldade que na altura ainda não tinha impacto no Orçamento e que tinha a ver com a questão das águas, nomeadamente, com a transferência dos recursos hídricos para as empresas municipais das “Águas do Ribatejo”. Disse que não se sabia qual o impacto que aquela transferência iria ter a nível orçamental, a médio e longo prazo.-----

-----Relativamente à receita de capital, disse que a Câmara do Cartaxo, para compor este Orçamento e uma vez que tinha menos receita corrente, descobriu que existiam, eventualmente, duas formas para o fazer. Assim, como já tinha sido referido quer pela CDU, quer pelo Bloco de Esquerda, foi buscar aos fundos comunitários quase nove milhões, que inscreveu como receita de capital e foi buscar à cooperação técnico-financeira com a Administração Central quatro milhões e seiscentos mil euros. -----

-----Referiu que, nas receitas correntes, nos impostos, havia alguma rigidez, porque se conseguia perspectivar com alguma antecedência o que iria existir, mas que havia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

uma parte desta receita que lhe deixava dúvidas. Deu o exemplo do que aconteceu nos últimos dois a três anos com a taxa da DERRAMA, em que esta foi descendo gradualmente.

-----Disse que, ao olhar para a proposta de Orçamento que lhes foi entregue, verificou que a receita prevista da DERRAMA em dois mil e cinco é inferior àquilo que iria ser em dois mil e seis. Questionou esse facto, tendo em conta que, entretanto, a taxa da DERRAMA baixou, pelo que não compreendia como é que com uma taxa menor se iria fazer uma maior arrecadação de receita, com a agravante do ambiente económico-financeiro pouco favorável, não às empresas, mas às sociedades, porque a DERRAMA não incide especificamente sobre as empresas, mas sim sobre as sociedades. -----

----- No Orçamento há a expectativa de receber quase nove milhões de euros de fundos comunitários, todavia, o quadro comunitário vai distribuindo verbas, que normalmente são distribuídas em crescente e depois começam a reduzir, pelo que, em dois mil e seis não teria praticamente nenhuma verba, questionou, então, como seria possível existir aquela expectativa. -----

-----Disse que o Ministério da Administração Interna, no ano seguinte, iria ficar com cerca de duzentos milhões de euros para gerir em contratos de cooperação técnico-financeira com os Municípios. Disse que se fosse feita uma divisão simples daquela quantia pelos trezentos e oito Municípios do país, daria um resultado de, aproximadamente, €650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros) a cada Município, sem se ter em conta, por exemplo, a dimensão de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, que poderiam receber mais do que a média aritmética referida. -----

-----Na sua opinião, o facto de o Cartaxo ter inscrito no Orçamento para o ano de dois mil e seis a verba de €4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil euros), foi desajustado e era uma ilusão, porque significaria que teria os €600.000,00 (seiscentos mil euros), que em média poderia receber, e mais €4.000.000,00 (quatro milhões de euros) que esperava vir a receber. -----

-----Disse que, ao verificar as obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos (aquelas que eventualmente poderiam beneficiar de fundos comunitários), constatou que as mesmas não tinham praticamente verbas nenhuma. A título de exemplo, mencionou o pavilhão de desporto e lazer, que praticamente não tinha verba nenhuma e ficaria para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

próximo ano sem investimento e só em dois mil e sete e dois mil e oito teria verbas significativas; a escola de negócios de Vale do Tejo que, para o ano seguinte não tinha, praticamente, investimento e a nova biblioteca municipal, que não tinha quase nenhuma verba para dois mil e seis, porque o grosso do investimento só estava em dois mil e sete e dois mil e oito. -----

-----Referiu que ficaria a dúvida relativamente aos oito milhões de fundos comunitários que o Município iria receber, pois não se sabia para o quê, porque o orçamento não dava uma listagem de quais os projectos que iriam beneficiar daqueles investimentos, quer para a cooperação técnico-financeira, quer para os fundos comunitários. Disse que aquilo que ficava era uma grande ilusão. -----

-----Ao ver o relatório de síntese que a Câmara Municipal apresentou, salientou que, quando olhava para as receitas de capital que foram orçamentadas e aquelas que foram executadas, verificou que apenas um terço foi cumprido. -----

-----Quis também deixar algumas “notas” relativamente à despesa e referiu que existiam algumas conclusões para retirar. Disse que a receita corrente em dois mil e seis iria ser menor e que a despesa corrente iria ser maior em dois mil e seis do que tinha sido em dois mil e cinco. -----

-----Disse que havia um decréscimo significativo do investimento feito nas Juntas de Freguesia e que se o mesmo fosse comparado com as despesas previstas para o gabinete político da Câmara Municipal do Cartaxo, se verificaria que se gasta mais dinheiro no gabinete político do que nas Freguesias do concelho. -----

-----Referiu que não valeria a pena verem a questão das despesas de pessoal, que cresciam em vinte por cento no orçamento para dois mil e seis e que sabiam onde. -----

-----Acrescentou que havia uma parte significativa do orçamento que se destinava a pagar o investimento passado e deu como exemplos o pagamento da reabilitação do cine-teatro, da casa municipal do desporto e lazer e a alameda norte da cidade. -----

-----Referiu que os protocolos com as colectividades desportivas e culturais tinham verbas em atraso, algumas de dois mil e quatro e de dois mil e cinco. -----

-----Disse que não existia aposta no desenvolvimento económico do concelho para o próximo ano e que se fossem verificar a programação financeira plurianual, constatariam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

que o parque de negócios do Casal Branco e o parque de negócios do Falcão, não tinham praticamente verba nenhuma ao longo dos quatro anos seguintes. -----

-----Referiu, ainda, a casa mortuária da Freguesia da Ereira, que foi uma obra feita pela Junta de Freguesia da Ereira, que fez uma consulta a três empresas, e que tem dinheiro no Orçamento da Câmara para pagar. Disse que esta verba deveria ter sido transferida para a Junta, porque a mesma foi a Dona da Obra. -----

-----Quanto ao alargamento do Centro de Saúde do Cartaxo, tão ambicionado e tão falado na altura das campanhas eleitorais, disse que o mesmo tem cinquenta euros orçamentados para dois mil e seis. -----

-----Disse que, quanto à PSP do Cartaxo, já tinham falado. -----

-----Relativamente ao documento do Orçamento onde constavam as «actividades mais relevantes», disse que não estava um único euro previsto para se gastar na realização da “rainha das vindimas”, nas comemorações do vinte e cinco de Abril, nas “escolas desportivas”, nas “férias desportivas” e nas “noites de verão”, pelo que não sabia quanto poderiam custar estas actividades no ano seguinte. -----

-----Salientou que, relativamente às propostas feitas pelo PSD (e tinha feito uma reunião anterior à apresentação do Orçamento) nenhuma das mesmas foi aceite -----

-----Em conclusão disse que, depois de tudo o que tinha referido, iriam votar contra o orçamento. -----

-----Disse, também, que compreendia que os Presidentes de Junta não pudessem votar contra o Orçamento, mas que era um orçamento que desinvestia fortemente nas Juntas de Freguesia, prejudicando-as. Referiu, também, que se este Orçamento fosse chumbado na Assembleia Municipal, poderia voltar ao Executivo Municipal para ser recomposto e dar mais verbas às Juntas de Freguesia, mas que aquela decisão competiria aos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

-----Por fim, deixou uma aposta ao Senhor Deputado Elias Rodrigues e disse que se em dois mil e sete tudo o que estava no Orçamento estivesse cumprido, lhe pagaria trezentos e sessenta e cinco jantares, ou seja, um ano inteiro de jantares, e caso não se verificasse exigir-lhe-ia apenas um jantar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO RAMOS**-----

-----Respondeu ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda referindo que não recebia lições de ninguém, porque sempre defendeu a sua freguesia, ao longo dos últimos quatro anos.-----

-----Relativamente ao Orçamento, disse que manifestou a sua preocupação e o seu descontentamento perante o Executivo da Câmara Municipal pela verba atribuída à Junta de Freguesia e que tinha conhecimento de que existiam freguesias que, no ano de dois mil e seis, iriam ser mais beneficiadas do que a sua, mas que, provavelmente, não tiveram aquilo que a Freguesia de Vale da Pinta teve ao longo dos quatro anos.-----

-----Constatou que no Plano Plurianual de Investimento está inscrita a obra de saneamento no sítio do Sol Posto a efectuar pela Câmara Municipal do Cartaxo e que reconhece como uma mais valia para a sua freguesia.-----

-----Disse que tinha a consciência de que iria ter que “apertar o cinto”, mas que estas dificuldades se aplicavam a todos, pelo que, iria gerir a sua freguesia de forma a que a população ficasse satisfeita.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOÃO ALMAS**-----

----- Leu a Moção do grupo do PS sobre o Orçamento e Plano de Actividades para dois mil e seis:-----

-----“*O grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo, assegura que este é provavelmente o Orçamento mais difícil de sempre da história da autarquia cartaxeira.*-----

-----*Face a um contexto de situação económico-financeira pouco favorável, ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais pelo presente e anteriores Governos e ao terminus do terceiro quadro comunitário de apoio, perspectiva-se para o Município do Cartaxo um percurso muito exigente, não só durante o ano de dois mil e seis, mas também ao longo de todo o mandato*-----

-----*Sob o signo do rigor, assume-se que este Orçamento exige uma «mão-de-ferro» sobre as principais rubricas de despesa da autarquia, designadamente, no âmbito da despesa corrente. Prevê-se uma redução significativa de verbas na área da publicidade, nas*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

despesas com horas extraordinárias, aquisição de bens e serviços e no caso dos recursos humanos, pretende-se igualmente a sua estabilidade ou mesmo redução. -----

-----Para reforçar o critério de rigor na gestão, elegeram-se esforços para que, em dois mil e seis, se concretize uma certificação das contas camarárias por parte de uma entidade externa, tal como acontece com o mundo empresarial. -----

----- O grupo parlamentar do PS, apesar do contexto acima apresentado e a política de rigor traçada adiante, que a visão de que é necessário aproveitar as oportunidades que lhe foram dadas pelo reforço das acessibilidades para modernização do concelho. Defende-se, inclusive, que o concelho tem capacidade e potencialidades para alcançar os objectivos traçados e assegurar um nível de competitividade cada vez mais elevado, reforçando assim o seu trajecto de modernização e afirmando-se na Região e no País. -----

-----O grupo parlamentar do PS valoriza o conjunto de investimentos, para os próximos oito a dez anos, na ordem dos cento e cinquenta e cinco milhões de euros, assentando a estratégia de desenvolvimento do município em seis pilares fundamentais: infra-estruturas básicas (água, saneamento, ambiente e rede viária), equipamentos sociais, dinâmica social, emprego (competitividade e turismo), qualificação urbanística e valorização patrimonial assim como a modernização da administração autárquica (Câmara e freguesias).-----

-----Para o próximo ano de dois mil e seis está previsto o maior investimento de sempre da autarquia. -----

-----Serão quinze milhões de euros aplicados a uma diversidade de investimentos de onde se destacam as áreas de saneamento e ambiente (cidade e freguesias, com destaque para as ETAR's e valorização das linhas de água), Centro de Dia de Vila Chã de Ourique e Pontével, Creche de Vale da Pedra, Jardim-de-Infância e ATL da Lapa, Escola Primária de Vale da Pedra, Projecto da nova EB 2/3 do Cartaxo e prossecução da Carta Educativa na cidade e freguesias, cultura, desporto e acção social (com destaque para a concretização das sedes da Associação Humanitária da freguesia de Pontével, Rancho Folclórico do Cartaxo e Centro Social Ouriquense), complexos desportivos do Cartaxo, Vila Chã de Ourique e Pontével, Canil Municipal; Casa Mortuária do Cartaxo e espaço polivalente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

Igreja; ampliação do Cemitério da cidade, nova Biblioteca Municipal, Pavilhão Desportivo do Município, Esquadra da PSP, prossecução dos programas activos nas áreas da educação, cultura, desporto, ambiente e acção social, bem como os dirigidos aos mais e menos jovens. -----

-----Existem, ainda, outros investimentos considerados prioritários para o concelho e que já deram passos positivos na sua concretização, como o pagamento do Nó Directo de Acesso à A1, a ligação da cidade ao Nó e à variante 365-2, o Viaduto de Santana, desclassificação e beneficiação das estradas nacionais, com destaque para a nacional 3-2 (Cruz do Campo - Vale da Pedra – Valada) e 114-2 (ligação ferroviária ao Setil), Área de Localização Empresarial do Casal Branco e Área Empresarial do Falcão (projecto), Revisão do PDM, prossecução do Plano Estratégico do Município, Zona de Reserva Estratégica de Desenvolvimento do Município, projecto do Parque Central da Cidade, valorização da Ribeira do Cartaxo, requalificação do Campo da Feira (Parque de Todos os Santos), projecto Parque Pontével – Cartaxo, Valada XXI e valorização turística do concelho, revisão orgânica da Câmara Municipal e informatização de todos os serviços. -----

-----A merecer especial atenção em dois mil e seis estarão projectos, como a revisão orgânica da Câmara Municipal, definição final do Plano Estratégico do Município e entrada em acção do mesmo, ligação da rede viária da cidade ao Nó Directo e à Variante à 365-2, Viaduto de Santana, Área de Localização Empresarial do Casal Branco, prossecução do Programa de Saúde e Segurança, projecto de inovação do Programa Justiça (apoio da valorização das obras ligadas às Conservatórias e ao Tribunal e ao entrosamento destas com o Parque Central da Cidade), criação de uma empresa municipal de investimento e desenvolvimento do Município do Cartaxo (visa definir um conjunto de projectos prioritários e salvaguardar o sucesso da concretização dos mesmos), Zona de Reserva Estratégica de Desenvolvimento do Município, Escola Profissional do Cartaxo e Universidade dos Tempos Livres e o prolongamento da Variante 365-2 até à OTA. -----

-----Tendo em conta todos estes factores, o Grupo Parlamentar do PS reforça que o ano de dois mil e seis será fundamental para a continuidade da modernização do Concelho. Conciliando o investimento prioritário com a gestão rigorosa e a exigência, estando certo que o Concelho conseguirá seguir o rumo traçado. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----*O Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Cartaxo, com base nestes pressupostos, vota favoravelmente o **Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para dois mil e seis.***-----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. ROGÉRIO COITO**-----

-----Disse que gostaria de deixar só uma “nota de rodapé” que se tinha esquecido de mencionar na sua intervenção e que tinha a ver com o facto de não ter visto nada referente às comemorações dos cento e cinquenta anos do nascimento de Marcelino Mesquita. Mencionou a comissão que foi criada e questionou se havia alguma verba destinada para aquele efeito.-----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL SALGUEIRO**-----

-----Disse que iria iniciar a sua intervenção com uma breve análise ao mandato anterior e afirmou que considerava de toda a justeza salientar o trabalho levado a cabo pelo Executivo cessante.-----

-----Na sua opinião, em trinta anos de democracia, nunca se concretizou tão elevado número de obras, em tão pouco tempo, no Concelho do Cartaxo. Destacou, das referidas obras, o estádio municipal, o centro cultural do Cartaxo, a variante de ligação ao nó de Aveiras de Cima, o nó directo de acesso à A1 e outras tantas obras, do conhecimento público.-----

-----Referiu que também foi, de igual forma, importante e merecedor de especial relevo, o apoio às colectividades, a intervenção e a dinâmica social, designadamente nas áreas da saúde, acção social, educação, segurança, cultura e desporto e, ainda, a divulgação a nível nacional do projecto «Cartaxo – Capital do Vinho».-----

-----Disse que o desenvolvimento do Concelho foi de tal modo evidente, que a população expressou em votos o seu reconhecimento ao projecto do Partido Socialista. Todavia, referiu (não querendo ser incoerente no seu discurso) que, ao iniciarem este novo mandato, não podia deixar de manifestar a sua preocupação perante alguns sinais de recessão, já assumidos pelo novo Executivo desta Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Disse, também, que estavam, cientes que a conjuntura política e económica da União Europeia e, conseqüentemente, de Portugal não eram as melhores e que compreendiam que existiam cortes financeiros, impostos pelo poder central junto das Autarquias.-----

-----Relativamente a este assunto, referiu que não poderiam governar em abundância e que concordavam com a necessidade de gerir com mais rigor e contenção os dinheiros públicos. Disse, ainda, que a redução substancial da verba que seria transferida, através do protocolo, para a Junta de Freguesia do Cartaxo iria ter, entre muitas outras coisas, reflexos preocupantes naquilo que era um dos pilares de sustentação das várias instituições sócio-culturais existentes, nomeadamente, os apoios para que as mesmas pudessem continuar a manter em actividade as forças vivas do concelho.-----

-----Concluiu, dizendo que era um dever e obrigação, continuar a acreditar na grande capacidade do Presidente Dr. Paulo Caldas e restante Vereação, apoiando-os incondicionalmente, no sentido de, todos juntos, ultrapassarem aquele período financeiramente conturbado e regressarem, o mais brevemente possível, ao equilíbrio e estabilidade institucional.-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Questionou se não existiam mais intervenções e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou por dizer que iria referir algo que achava importante e que teve vontade de manifestar no início da sessão, mas iria aproveitar para fazê-lo naquele momento, em virtude da forma como estava a decorrer a mesma.-----

-----No seu entendimento, considera que a população do concelho foi muito inteligente quando escolheu o Presidente da Assembleia Municipal porque o Dr. António Góis (que conhece desde miúdo e lhe reconhece mérito) é um homem da sociedade civil, como tantos militantes, ex-militantes, como tantas outras pessoas que dão o seu contributo, mas tem, claramente, uma característica: é um não político. Não é um político, não é um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

daqueles políticos que estamos habituados a ver na televisão, na Assembleia da República, no Governo, nas Autarquias, que as pessoas já estão a começar a ficar fartas, daqueles políticos que falam, mas que muitas vezes, não sabem o que dizem, ou quando tudo ignoram, também, nada do que dizem faz sentido.-----

-----A forma como a Assembleia estava a decorrer levou-o a fazer esta observação, pois existe uma distinção clara, que não é só do Dr. Góis, pois existem efectivamente um conjunto de pessoas que considera que vieram trazer a esta Assembleia, positivamente, um valor acrescentado, o que considera útil, porque são pessoas que têm a mesma característica, são não políticos, podem ser úteis com a sua visão, com o seu contributo e podem dar ao concelho uma visão melhor e contribuir para um desenvolvimento melhor, não se baseia apenas no “diz que disse”, ou nas palavras soltas que muitas vezes, caem infelizmente na política. -----

-----Disse que o que estava a falar vinha a propósito de, muitas vezes, lhe custar ouvir falar de “apostas” sobre orçamentos e actividades de uma Câmara Municipal. Na sua opinião o Dr. Vasco Cunha não foi muito feliz quando utilizou o termo de “aposta” porque, quando se apostam orçamentos de quatro milhões de contos, de grosso modo, neste caso seis milhões de contos, que diz respeito ao dinheiro de todos, não é o mais correcto poderia ter utilizado outro termo. A ética tem a ver com as nossas palavras e com as nossas posturas. ---

-----Quanto às dúvidas e esclarecimentos, disse que, no que respeita à receita, esta obedece a critérios jurídicos e a critérios que são legalmente definidos, que o Dr. Ricardo Portela poderá explicar. Disse que algumas dessas receitas estão relacionadas, deu o exemplo a DERRAMA que se baseia em médias legalmente estabelecidas, apuradas nos últimos vinte e quatro meses e que cada uma delas tem a sua justificação, de apontamento da receita. -----

-----Relativamente à diminuição da taxa da Derrama, esclareceu que a mesma foi efectivamente diminuída, mas o factor quantidade pode aumentar porque, felizmente, este Governo tem vindo a melhorar o combate à fraude e à fuga fiscal. -----

-----Quanto á receita, reafirma existirem critérios bastante rígidos e é isso que pretende transmitir também em relação às diferentes rubricas, que foram ali analisadas pelos diferentes grupos partidários. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Referiu que no que representa a cooperação técnica e financeira dos fundos comunitários, é uma receita estimada e que se pode questionar. Disse que, efectivamente, é uma receita avantajada, mas que à conta dessa receita se fizeram muitos investimentos nos últimos quatro anos e que, também na altura, algumas pessoas consideravam que era uma ilusão, mas no fundo tornou-se realidade. -----

-----Na sua opinião o Orçamento é uma roupagem, uma roupa, que convém que seja menos apertado e mais largo para caber o que pretendem que seja uma política de investimento.-----

-----Esclareceu que, cada vez mais, os Orçamentos têm um conceito plurianual de acção e acrescenta que, se alguma desta receita não se concretizar em dois mil e seis, seja para um Parque Central, seja para a concretização do planeamento estratégico, da zona estratégica, junto ao Falcão, seja para a concretização do Casal Branco, seja para um conjunto de outros investimentos contemplados, venha esta receita dos fundos comunitários ou dos contratos de cooperação técnica e financeira, naturalmente que, também, esses investimentos serão alongados no tempo. Este é o critério plurianual do orçamento. -----

-----Disse que o POCAL veio, como já foi referido, introduzir critérios de rigidez, que são critérios também de uma lógica de investimentos alargados e que são cada vez mais plurianuais. -----

-----Referiu que sempre assim foi, mas que a ambição do Executivo não deixou de existir e que, provavelmente, se este Executivo, ou se os Executivos do mandato anterior não tivessem sido tão ambiciosos, grande parte dos investimentos não eram concretizados-----

-----Afirmou, ainda, essa é a lógica do Orçamento, ou seja, uma estimativa. -----

-----Disse, também, que em relação às «actividades mais relevantes», como é óbvio, não estão apresentadas de uma forma discriminada, estão apresentadas de uma forma sumária, sucinta, não só os cento e cinquenta anos do Marcelino Mesquita, assim como, um conjunto de outras actividades que foram focadas e que continuaram a sê-lo na área desportiva, na área cultural, na área social, na área da educação, assim como os programas bons concretizados e dinamizados, nos últimos anos, vão continuar a ver a luz do dia e serem valorizados, não com muito mais despesa associada, porque não podem, mas dentro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

das possibilidades, a serem concretizados para o bem-estar acrescido da população, dos mais jovens e dos menos jovens.-----

-----Quanto à questão dos gabinetes referiu que já foi Presidente deste município quatro anos, já trabalhou com dois vereadores a tempo inteiro e trabalhou bem com todos eles, pois sempre seguiu o princípio de que é o Presidente do Conselho de Administração de uma empresa e que tem, na Administração, aqueles que entende que na circunstância própria devem ser necessários para desenvolver um bom trabalho. -----

-----Esclareceu que, em Janeiro de dois mil e dois, tinha a mesma composição de gabinete que tem hoje, com o mesmo número de elementos, e a mesma despesa. -----

-----Referiu, ainda, que tinha o Dr. Pedro Ribeiro, o Prof. Augusto Parreira, a Prof. Elvira Tristão, como vereadores a tempo inteiro, eram três vereadores que correspondem aos três vereadores actuais, que teve um chefe de gabinete o Sr. Eng. Francisco Casimiro, um adjunto o Sr. Carlos Cláudio e como secretária a Dra. Rute Ouro. -----

-----Esclareceu, ainda, que cada um dos seus vereadores tinha um secretário, à excepção da Prof. Elvira Tristão, mas que também, tem de ser considerado que não havia nenhum dos colaboradores que fosse funcionário da Câmara. Neste momento, um dos funcionários da Câmara é também assessor, ou seja, a despesa era exactamente a mesma.----

-----Disse ainda, que até ao final deste mandato muita coisa pode acontecer como no anterior e assumiu perante a Assembleia, que quando tiver que tomar decisões, continuará a tomá-las com coragem e determinação. Funciona com esta equipa porque entende que é a melhor equipa para fazer um bom trabalho na Câmara Municipal e no Município, pois se forem verificar o trabalho desenvolvido com a liderança de Paulo Caldas nos últimos quatro anos, considera ser uma promessa, um bom compromisso que assume perante este Município.-----

-----Em relação à contenção de custos disse que como todos sabem, também têm que ter benefícios, e que devem dar esses benefícios e ver o trabalho que aí vem, para depois fazerem a avaliação.-----

-----Em relação às Juntas de Freguesia do Concelho disse, como primeira nota, que será sempre defensor do desenvolvimento descentralizado e que, provavelmente, nos últimos trinta anos, não houve nunca tanto investimento descentralizado nas freguesias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

como nos últimos anos sob a sua liderança e que continua a defender essa visão, esse benefício. -----

-----Como segunda nota, disse que todos os Presidentes de Junta de Freguesia contam com a sua solidariedade, sempre, e que conta com a solidariedade dos mesmos no sentido de defender o princípio seguinte: que concorda e que estará sempre ao lado destes, mesmo que numa posição crítica contra a Câmara, se estes estiverem a defender as necessidades, o bem-estar e as ambições da população que estão a servir, em cada uma das oito freguesias e compreenderá, sempre, qualquer posição destes Presidentes, que também estão a servir de forma ainda mais próxima do que o Presidente da Câmara.-----

-----Como terceira nota, referiu que com o pouco dinheiro dado nos protocolos, confia em cada um dos oito Presidentes de Juntas, na sua capacidade e competência, para fazerem um bom trabalho na defesa daquilo que é a satisfação das necessidades e ambições das pessoas que estão a servir. -----

-----Disse também que, falando sem demagogia e sem hipocrisia, todos sabem que os protocolos são, apenas, uma parte, provavelmente a parte menor daquilo que é investido em cada uma das oito freguesias. Todos os Presidentes sabem, todos os Autarcas sabem e a população também sabe, que os protocolos são dados às Juntas de Freguesia, como vertentes de instrumento que são de gestão corrente e de gestão de capital, mas não esgotam os investimentos que são feitos nas freguesias. -----

-----Disse ainda, que se fossem perguntar a qualquer um dos Presidentes das Juntas, quanto aos investimentos que estão contemplados no Orçamento para o próximo ano, com certeza identificariam obras importantes para as suas terras, tais como, o viaduto de Santana, a desclassificação de estradas nacionais que percorrem várias das freguesias, a concretização da ligação ao nó, a concretização da ligação a Pontével à variante 365.2, a consolidação de equipamento sociais, quer na área desportiva quer na área cultural, a consolidação de equipamentos na área de educação (Vale da Pedra e de Pontével).-----

-----Disse que era importante verificar que nas áreas sectoriais de cada uma das Juntas de Freguesia inscritas no Orçamento constam investimentos significativos para além das verbas atribuídas pelos protocolos.-----

-----Constatou que, naquele momento, face à visão de protocolos que o PSD tem,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

o mesmo passou a ser despesista porque está preocupado com os protocolos. Chamou à atenção para o facto de, ao contrário do que é a posição do PSD hoje, o PSD sempre se absteve em relação aos protocolos das Juntas de Freguesia e uma das razões, senão a razão principal dessas abstenções, era que as despesas correntes das Juntas de Freguesia eram sempre elevadíssimas, era sempre isso que era apontado, apontavam as despesas correntes. O que o levou a perguntar: “é que agora é preciso poupar, e vocês são a favor de uma manutenção dos protocolos, eu não percebo qual é a vossa posição a menos que tenham passado a ser despesistas”.-----

-----Por último disse que queria centrar a sua intervenção num aspecto importante: continua a acreditar que este Orçamento e este Plano de Actividades é aquele que melhor serve o município, as necessidades e as ambições da população do concelho, das suas oito freguesias. -----

-----Disse que continua a acreditar, porque tem uma estratégia, uma linha de política bem traçada, com um objectivo, que é o Cartaxo continuar a afirmar-se como um centro de qualidade de vida. -----

-----Referiu que há uns dias, na comemoração dos cento e noventa anos do concelho, deu o exemplo que o Cartaxo se podia distinguir no país como a terra das moradias e dos edifícios até aos três pisos. -----

-----Na sua opinião se esta linha for seguida na revisão do PDM, com um conjunto de projectos estruturantes, nomeadamente, nas diversas áreas de competitividade das empresas, na área da qualificação urbanística, da dinâmica social, e um conjunto de equipamentos especiais e em continuação com a consolidação das infra-estruturas básicas, no ambiente, na rede viária, bem como, se conseguirem efectivamente concretizar esta grande quantidade de investimentos que estão contemplados no Orçamento, quer para dois mil e seis, quer para os próximos anos, terão condições para se afirmarem efectivamente como um centro de qualidade de vida na região de Lisboa e Vale do Tejo. -----

-----Na sua opinião já provou tem capacidade de concretizar investimentos importantíssimos para o concelho, alguns deles ambicionados há décadas e que estão hoje realizados.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----Disse ser um defensor do rigor e que é o primeiro a admitir que chegou, provavelmente, a altura de fazer um aperto muito significativo nas principais rubricas das despesas. -----

-----Disse que neste Orçamento estão contemplados os apertos nas verbas que se destinam à aquisição de bens e de serviços, ou seja, existe uma preocupação de conter as despesas correntes. -----

-----Disse, ainda, que neste mandato irão provar o que são capazes de fazer, essa preocupação está consagrada nos números que são apresentados no Orçamento, contudo, não deixam de ter a ambição, que foi aquilo que sempre guiou a conduta seguida nos últimos anos e que está espelhada no Orçamento. -----

-----Terminou dizendo que, tal como o fez outras vezes naquela Assembleia, lhe custa cada vez mais continuar a trabalhar num Orçamento e num Plano de Actividades, em que, muitas vezes, é trabalhado o Orçamento e não o Plano de Actividades. Na sua opinião é um sinal de que não há, efectivamente, um projecto alternativo à actual maioria. -----

-----Disse que ganhariam mais se tivessem, por parte da oposição, um projecto alternativo, se tivessem efectivamente uma linha de rumo diferente, e ano após ano, continuam a assistir à ausência de um projecto alternativo. Disse, ainda, que a oposição analisa o Orçamento, calcula rubricas e despesas, faz uma análise das rubricas de receita, mas continua a não apresentar um projecto alternativo àquele que é a política fundamental espelhada naqueles documentos.-----

-----Disse que não justificassem a ausência de um projecto por falta de maioria ou por não estarem na gestão da Câmara, pois qualquer entidade política deve e pode apresentar propostas alternativas, projectos alternativos, consubstanciados naturalmente na razoabilidade financeira, técnica e operativa, com argumentos sólidos. -----

-----Reafirmou que gostaria que a Assembleia, mais uma vez, desse um voto de confiança ao seu Executivo, no sentido deste Orçamento e deste Plano de Actividades e que aprovasse a estratégia que definiram. -----

-----Por último, referiu que mais do que uma carta de boas intenções, este orçamento é uma carta de boas execuções. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----**SENHOR DEPUTADO DR. VASCO CUNHA**-----

-----Disse que só iria fazer esta intervenção porque foi suscitada uma dúvida pelo Senhor Presidente de Câmara, em relação à posição do PSD relativamente aos protocolos.---

-----Nesta matéria disse que queria esclarecer o Senhor Presidente que (talvez por esquecimento, mas que tem as actas da Câmara Municipal e o Dr. Pedro Ribeiro ao seu lado) acabou por justificar na sua intervenção o que o PSD sempre disse em relação aos protocolos, ou seja, que os mesmos acabaram por nunca traduzir na realidade aquilo que de facto era, ou não, o investimento nas Juntas de Freguesia. -----

-----Disse que quando eram confrontados, em reunião de Câmara Municipal, com adendas aos protocolos para os corrigir já no ano do exercício orçamental seguinte, o Senhor Presidente estava, de facto, a dizer que o protocolo que tinha sido feito com aquela Junta de Freguesia ou com aquelas Juntas de Freguesia, afinal não estava correcto, era preciso fazer uma adenda porque havia algo mais a adicionar.-----

-----Disse que, em nome da verdade (se o Senhor Presidente quisesse que o contestasse), aquilo que lhe pedia era que visse as actas da Câmara Municipal, ou então, que consultasse o Sr. Vice-Presidente que se encontrava à sua esquerda, e que lhe dissesse se era ou não esta a posição que o PSD tinha tomado. -----

-----**SENHORA DEPUTADA PROF. EMÍLIA**-----

-----Disse que gostaria de dar uma resposta ao Senhor Presidente da Câmara e, referiu que gostou do repto que o Senhor Presidente deixou, no sentido de fazerem sugestões e propostas. Mencionou que, inclusivamente, “andaram todos à batatada”, a ver se conseguiam ter elementos nas comissões ou nos grupos de trabalho, já sabiam que iriam ser derrotados pelo PS porque tem a maioria. Por último, referiu que a CDU tinha propostas, mas que as mesmas não tinham viabilidade com uma maioria socialista. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DR. FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse não ter entendido com clareza a resposta a uma das questões que tinha colocado sobre a prometida certificação das contas da Câmara Municipal do Cartaxo e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

gostaria que o Senhor Presidente explicasse se isso implicaria uma auditoria externa por uma entidade acreditada. -----

-----**SENHOR SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Explicou que a certificação é feita por um ROC (revisor oficial de contas), como tal, é uma auditoria. Esclareceu ainda que, as Câmaras têm auditorias e inspecções permanentes, e são obrigadas a entregar toda a documentação junto das entidades competentes nestas matérias. -----

-----Disse, também, que no último mandato, fruto de alguma política e da forma de fazer política, a Autarquia foi fiscalizada sucessivamente e muitas vezes, pelas boas e más razões que são do conhecimento geral. -----

-----Disse ter sido, provavelmente, o único Presidente de Câmara sobre o qual a Polícia Judiciária tinha entrado nesta autarquia com a sua cooperação e que isso tinha até sido referido uma vez, num famoso artigo, por um elemento da CDU. -----

-----Por fim, salientou que isso não significava que a PJ tenha entrado apenas para fiscalizar a actividade da Câmara, mas que também foi para fiscalizar a actividade dos Senhores Autarcas e da instituição no geral.-----

-----**SENHOR SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -

-----Relativamente à questão suscitada pelo Dr. Vasco Cunha e que tinha a ver com a questão do Fundo de Coesão Municipal, disse que queria dar uma explicação técnica. Neste sentido explicou que o Fundo de Coesão Municipal reforça o índice de carência fiscal e o índice de igualdade de oportunidades. Disse ser um bom sinal o facto de aquela verba do Fundo de Coesão não estar nas transferências do poder central para a autarquia, pois é sinal que o concelho está mais coeso.-----

-----Disse ainda que, salvo erro, no distrito só o Cartaxo e Benavente se encontram naquela situação, porque são os Municípios melhor classificados em termos de índice de desenvolvimento social.-----

-----Referiu, também, que muitas vezes caíem no erro de análise e já teve a oportunidade de, no anterior mandato, discutir este assunto com o Dr. Vasco Cunha.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

-----A este respeito disse que, muitas vezes, a análise dos números do Orçamento ou do Relatório de Contas de Gerência, passa por só olharem para o numerador e esquecerem-se do denominador, isto significa que, muitas vezes, incorrem em erros de análise, porque o que têm de olhar é para os pesos relativos de cada despesa, no meio da despesa corrente. Deu como exemplo algo que foi discutido no anterior mandato e referiu que o peso relativo das despesas de pessoal, no total das despesas correntes, tem vindo a diminuir e que gostava de sublinhar isto porque, muitas vezes, só olham para o numerador da equação e esquecem-se que ao nível do orçamento, ele aumenta. -----

-----Disse que o Orçamento não é fixo e referiu que quando comparamos dois mil e cinco e dois mil e seis, para as verbas orçamentadas para dois mil e cinco, não podem olhar só para o numerador, também há um valor orçamental que não é estático e esse valor também evolui. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a referida Proposta com os votos a favor do grupo do PS e os votos contra dos grupos da CDU, do PSD e do Bloco de Esquerda. -----

PONTO N.º 6 – ELEIÇÃO DO MEMBRO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DO CONSELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do grupo do Partido Socialista para a eleição do Dr. António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, Presidente da Assembleia Municipal, para representar a Assembleia Municipal junto do Conselho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

PONTO N.º 7 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista para a eleição do Senhor Joaquim Edgar Carreira Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pedra, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

PONTO N.º 8 – ELEIÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

-----Foram apresentadas duas propostas. O grupo parlamentar do PS propôs o Membro da Assembleia Municipal – Senhor José Roque Gameiro dos Santos para integrar o Conselho Municipal de Segurança e o grupo parlamentar da CDU propôs o Membro da Assembleia Municipal – Senhor Délio Modesto Pereira. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada pelo grupo do Partido Socialista para a eleição do Senhor José Roque Gameiro dos Santos, Membro da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal de Trânsito.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

PONTO N.º 9 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE E SUBSTITUTO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO JUNTO DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do grupo do Partido Socialista para a eleição do Senhor Luís Miguel Inglês Nepomuceno, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, para representar as Juntas de Freguesia do concelho junto da Assembleia Distrital de Santarém e para suplente, a Presidente da Junta de Freguesia da Ereira, Senhora Anabela Carona Damião Rodrigues.-----

PONTO N.º 10 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do grupo parlamentar do PS para a eleição do Senhor António José Amendoeira Pego, Membro da Assembleia Municipal, como representante a integrar o conselho municipal de segurança.-----

PONTO N.º 11 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista para a eleição do Engenheiro Marco Filipe Firmo Caetano, Membro da Assembleia Municipal, para representar a Assembleia Municipal no plenário do Conselho Municipal da Juventude.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

PONTO N.º 12 – DESIGNAÇÃO DE TRÊS ELEMENTOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista para a designação dos Membros da Assembleia Municipal – Senhor Fernando Manuel Duarte dos Santos, Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre e Prof.^a Maria Emília da Graça Soares para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. -----

PONTO N.º 13 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista para a eleição do Dr. Fernando Manuel da Silva Amorim, Presidente da Junta de Freguesia de Pontével, para representar as Juntas de Freguesia na ANMP e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo – Senhor Manuel Luís Salgueiro. -----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes, com excepção daquelas onde se faz menção expressa do contrário. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 2 DE 16/12/2005

ENCERRAMENTO – Terminada a ordem de trabalhos o Senhor Presidente dirigiu-se ao público, questionando se havia alguma intervenção e despediu-se do órgão colegial e do público desejando um bom Natal e um bom ano de dois mil e seis para todos e respectivas famílias. -----
-----E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram 23 horas e 45 minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
